

**ATA DA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO
ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO
AMBIENTE – CONSEMA**

1 Aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e três realizou-se a Quinquagésima Primeira
2 Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, no Auditório da Fundação
3 Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM, nesta Capital, com o início às quatorze horas e vinte e
4 cinco minutos, com a presença dos seguintes Conselheiros: **Sr. Claudio Dilda**, Presidente do
5 CONSEMA; **Sr. José Alberto Wenzel**, Secretário de Estado do Meio Ambiente e **Sr. Luiz Paulo**
6 **Rodrigues Cunha**, Secretário Substituto e Diretor Geral, Representantes da SEMA; **Sr. José Luiz D.**
7 **Barrados**, Representante, Titular, da Sociedade de Engenharia do RS; **Sr. Maj. Florivaldo Pereira**
8 **Damasceno**, Representante do Secretário da Justiça e da Segurança; **Sr. Flavio Lewgoy**,
9 Representante, Titular, da AGAPAN; **Sr. Mauro André Kern**, Representante, Suplente, do
10 Movimento Roessler; **Sra. Teresinha Guerra**, Representante, Suplente, da Instituição Universitária
11 Pública; **Sra. Kathia Vasconcellos Monteiro**, Representante, Suplente, do Núcleo Amigos da Terra;
12 **Sr. Alexandre Bugin e Sr. Roberto Alves**, Representantes, Titular e Suplente, respectivamente, dos
13 Comitês de Bacias Hidrográficas; **Sr Evandro Rocha Reichenbach**, Representante do Secretário da
14 Ciências e Tecnologia; **Sr. Paulino Olivo Donatti**, Representante, Titular, da FETAG; **Sra. Marta**
15 **Marchiori Dias**, Representante do Secretário do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais;
16 **Sra. Sônia Maria Moreira de Mello**, Representante do Secretário da Coordenação e Planejamento;
17 **Sr. Círio Azevedo Silva**, Representante, Suplente, do IBAMA; **Sra. Ellen Regina Mayhé Nunes**,
18 Representante do Secretário da Educação; **Sra. Cimara Machado**, Representante, Titular, do Centro
19 de Estudos Ambientais; **Sr. Hans Peter Gergy**, Representante do Secretário da Cultura; **Sr.**
20 **Eberson Silveira**, Representante do Secretário da Energia, Minas e Comunicações; **Sra. Marizete**
21 **Miranda**, Representante do Secretário da Saúde; **Sr. Geraldo André Susin**, Representante, Titular,
22 da ALGA; **Sra. Carla Maria Pires Rangel**, Representante, Titular, da FIERGS; **Sra. Elisabete**
23 **Maria Zanin**, Representante, Titular, da Instituição Universitária Privada; **Sr. Adoralvo Schio**,
24 Representante do Secretário da Agricultura e Abastecimento e, **Sr. Miguel Schmitt Prym** e **Sr.**
25 **Valtemir Goldmeier**, Representantes, Titular e Suplente, respectivamente, da FAMURS.
26 Participaram também o Sr. Guilherme Schulz e Sra. Silvia Cappelli, Representantes do Ministério
27 Público; Sr. Clebes Brum Pinheiro, Representante da FEPAM; Sr. Gilberto Alves; Sr. Almicar
28 Moreira, Representante da FARSUL; Sr. Sérgio Sady Masskopf, Secretaria da Agricultura; Sr.
29 Gilberto Amato, SINDIARROZ. Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Claudio Dilda, Presidente do
30 CONSEMA. **Sr. Presidente:** Senhores Conselheiros, boa tarde, bem-vindos a este primeiro encontro
31 de 2003, esta nossa primeira reunião, a 51ª reunião ordinária do Conselho Estadual de Meio
32 Ambiente. Eu pediria ao Paulo que, por favor, me acompanhasse, a fim de proceder então a Secretaria
33 na medida em que isso seja necessário. Considerando termos quorum, declaramos aberta esta primeira
34 reunião do Conselho de 2003, 51ª reunião ordinária do CONSEMA. Passamos as comunicações: Of.
35 1026/2002 – GS/SEMA – Comunica a renúncia do Presidente ao referido posto. Informa ainda que,
36 com o encerramento do mandato de Secretário Estadual do Meio Ambiente, extingue-se a condição de
37 membro do Conselho, cabendo ao Presidente da FEPAM, na condição de Secretário Executivo do
38 CONSEMA, responder pela condução do mesmo até a eleição do novo Presidente, razão pela qual
39 então, caros Conselheiros, presentemente estou respondendo pela condução e pela presidência em
40 exercício do CONSEMA, processo eleitoral que desencadearmos em seguida por sinal. Ofício
41 1025/2003 – AGAPAN e Ofício 01/2003 – Centro de Estudos Ambientais – comunicando o interesse
42 das referidas entidades em participar, como membro, na Câmara Técnica Permanente do Fundo
43 Estadual do Meio Ambiente; Publicação Diário Oficial, de 07/042003, do Ato de Nomeação de
44 Miguel Schmidt-Prym e Valtemir Goldmeier, na condição de membros, titular e suplente,
45 respectivamente, para representarem a FAMURS, junto ao CONSEMA, em substituição a Valmor
46 Griebler e Jackson Müller. Of. 020/2003 – SINDIÁGUA – indica, como representante, a Sra. Maria
47 Susete Centeno, na condição de membro suplente, junto ao CONSEMA, em substituição a Sra. Isabel
48 Mayer da Silva Cunha. Processo encaminhado à Casa Civil para publicação do referido Ato. Processo

49nº 002521-0561/01-2 - Fundação Zoobotânica - solicita a alteração da alínea “o”, do Decreto 5010.330/94, de modo que conste, tão somente, um representante da Fundação Zoobotânica. Sugere, o 51acréscimo de alínea prevendo a participação de um representante do DEFAP, de forma alternada com 52um representante do DRH, ou a alteração da alínea “a”, de modo que passe a constar dois ou três 53representantes do Secretário responsável pelo Meio Ambiente. Ofício Gab. Sema nº 286/2003 – A 54Secretaria Estadual do Meio Ambiente manifesta interesse em participar da Câmara Técnica 55Permanente de Gestão Compartilhada Estado/Município. Ofício CT – 036/03 – AGAPAN - solicita a 56inclusão, na pauta do CONSEMA, do seguinte tema: “Comercialização da safra ilegal de soja 57transgênica e suas possíveis conseqüências danosas à saúde humana e ao meio ambiente”. Ofício nº 5811/03 - SOPS - justifica ausência da Srª. Mariângela Corrêa Laydner, representante do Secretário 59desta Pasta, nesta reunião em razão da participação no 1º Fórum de Obras Públicas do Extremo Sul. 60Ofício do DAER, encaminhando os Relatórios de Supervisão Ambiental da Rota do Sol (lotes I, II e 61III), referente aos meses de janeiro e fevereiro de 2003. Ofícios ASSTEC/SEMA n.ºs. 047/03 e 048/03 62- encaminha, para análise do CONSEMA, a solicitação dos Municípios de Ibirubá e Agudo, visando a 63dilatação do prazo de 6 meses para complementação dos Planos Ambientais. E recebemos também, na 64data de hoje, uma comunicação da FARSUL informando que Almicar Moreira, Diretor da Federação, 65estará representando a FARSUL na reunião de hoje. Estas as comunicações que chegaram, portanto à 66Secretaria Executiva do CONSEMA até o presente momento. Passamos agora à aprovação da ordem 67do dia. A pauta proposta, que os Senhores Conselheiros receberam pelo correio, propõe então a 68seguinte ordem do dia: **1) Definição do processo e cronograma da eleição para Presidente do** 69**CONSEMA. 2) Apresentação do calendário de reuniões do CONSEMA para o ano de 2003. 3)** 70**Aprovação do relatório de atividades do CONSEMA referente ao ano de 2002. 4) Análise da** 71**Minuta de Norma Técnica que estabelece padrões de emissão de efluentes líquidos para fontes** 72**de emissão que lancem seus efluentes em águas superficiais no Estado do Rio Grande do Sul,** 73**elaborada pela Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental e da proposta de resolução** 74**do CONSEMA que dispõe sobre a referida Norma Técnica. 5) Assuntos Gerais.** Alguma proposta 75de inversão de pauta, alteração de pauta, inclusão? Muito bem, dando início a esta nossa reunião e 76considerando termos Conselheiros novos, acreditamos ser de bom alvitre que os Conselheiros se 77apresentem nominalmente, assim como a Instituição que estão representando no Conselho. Podemos 78assim proceder, meus caros Conselheiros? Muito bem, começamos pela Dra. Silvia Cappelli. Já 79atropeli o processo, apresentei. **Sra. Silvia Cappelli:** Boa tarde, coordenadora do Centro de Apoio 80Operacional das Promotorias de Meio Ambiente, Ministério Público Estadual. **Sr. Guilherme Schulz,** 81Serviço de Assessoramento do Ministério Público Estadual. **Sra. Marizete Miranda:** Boa tarde, 82Secretaria Estadual de Saúde. **Sr. Mário Soares:** Engenheiro Químico e Técnico do Serviço de 83Resíduos Industriais da FEPAM. **Sr. Maj. Florivaldo Pereira Damasceno:** Batalhão de Polícia 84Ambiental. O titular é o Coronel Drauto e o suplente é o Major Deivis, que é o subcomandante do 85batalhão. **Sr. Ebersson Silveira:** Sou engenheiro e Assessor Técnico da Secretaria da Energia, Minas e 86Comunicações. **Sr. Alexandre Bugin :** Boa tarde, represento os Comitês de Bacias. **Sr. Paulino** 87**Olivo Donatti:** FETAG. **Sra. Carla Rangel:** Boa tarde, representando a FIERGS. **Sr. Miguel** 88**Schmitt Prym:** Prefeito de Panambi, representando a FAMURS. **Sra. Lucia Melo:** Boa tarde, estou 89representando o IBAMA. **Sr. Círio Azevedo Silva:** sou representante do IBAMA suplente, o titular é 90Claudio Libermann. **Sr. Adoralvo Schio:** da Secretaria da Agricultura. **Sr. Almicar Moreira:** 91FARSUL. **Sr Evandro Rocha Reichenbach:** da Secretaria da Ciência e da Tecnologia. **Sr. Eduardo** 92**Defalouck:** não sou Conselheiro, estou apenas assistindo a reunião. **Sra Helen Nunes:** diretora do 93Departamento Pedagógico da Secretaria da Educação. **Sra. Teresinha Guerra:** represento as 94Universidades Públicas, no caso a UFRGS. **Sr. Flavio Lewgoy:** represento a AGAPAN. **Sra. Cimara** 95**Machado:** representante titular do Centro de Estudos Ambientais. **Sra. Elizabete Zanin:** 96representando as Universidades Particulares, no caso Unicamp, de Erechim. **Sr. José Luiz D.** 97**Barrados:** representando a Sociedade de Engenharia do Estado do Rio Grande do Sul. **Sr. Roberto** 98**Alves:** sou suplente dos Comitês de Bacias. **Sr. Sérgio Cardoso:** sou Presidente do Comitê da Bacia 99do Gravataí e Coordenador do Fórum Gaúcho de Comitês. Não sou um Conselheiro, apenas um 100assistente. **Sra. Kathia Monteiro:** dos Amigos da Terra. **Sr. Geraldo André Susin:** representante

101titular da ALGA, que é Associação Livre para Gerenciamento Ambiental. **Sra. Sônia Melo:**
102representante da Secretaria do Planejamento. **Sra. Miriam Kolom:** Sou bióloga, funcionária do
103Município de Sapucaia do Sul, da Diretoria de Meio Ambiente, que desde 1998 licencia
104ambientalmente, conforme os parâmetros da FEPAM. Estamos sempre aqui presentes e aprendendo.
105**Sr. Ivan Mater:** Geólogo, sou um visitante hoje aqui, só para aprender um pouquinho com todos. **Sr.**
106**Giberto Amato:** colaborador da FIERGS. **Sr. Sérgio Luiz Coff:** Diretor do Departamento de
107Comandos Mecanizados da Secretaria da Agricultura. **Sr. Valtemir Goldmeier:** sou suplente da
108FAMURS. **Sr. Hans Peter Germy:** Assessor de Projetos Especiais da Secretaria de Estado da
109Cultura, representando o Secretario Roque Jacob. **Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha:** representando a
110SEMA. **Sr. Mauro André Kern:** sou do Movimento Roessler para defesa ambiental de Novo
111Hamburgo. **Sr. Flavio Lewgoy:** Sr. Presidente, desejava pedir uma mudança de pauta, só antecipação
112ou troca de um dos itens, porque eu preciso me retirar antes das cinco horas e acredito que, sem
113desmerecer nenhum, este seja um dos itens mais importantes. O item quatro gostaria que fosse
114antecipado, poderia ser o item três, invés da aprovação do Relatório de Atividades do CONSEMA. **Sr.**
115**Presidente:** Alguma objeção por parte dos Conselheiros? Conselheiro Flavio, está então aceita sua
116proposição e será o item número três: a análise da minuta da norma técnica. Senhores Conselheiros,
117sempre que houver uma intervenção solicitamos, encarecidamente, que se identifiquem para fins de
118elaboração posterior de ata desta reunião. É de fundamental importância para quem vai depois redigir,
119dar a redação final, saber a origem da proposição, da manifestação, a fim de que, na aprovação da ata,
120se tenha também a referência para as correções que venham a ser julgadas necessárias. Passamos
121então ao primeiro item: **1) Definição do processo e cronograma da eleição para presidência do**
122**CONSEMA.** Conforme regimento, há a necessidade de criação de uma Comissão Eleitoral para
123definir os critérios à eleição da presidência do CONSEMA. Está na pasta dos Conselheiros uma
124minuta, uma minuta que está sendo proposta, que basicamente especifica os objetivos da comissão
125eleitoral e define a comissão eleitoral, constituída de três entidades que detêm assento no Conselho,
126elucidando, correndo o risco de preciosismo, não são as entidades candidatas, são as entidades que
127vão portanto definir os critérios e acompanhar o processo eleitoral. As candidaturas deverão ser
128encaminhadas à Secretaria Executiva do Conselho para inscrições e, de acordo com os critérios
129estabelecidos então, em no máximo, pela previsão, três meses a indicação do próximo Presidente
130deste Conselho. É aconselhável a leitura, é uma proposta bastante breve. Não há necessidade de
131leitura? Não? Então nós passaríamos à consulta dos nobres Conselheiros para a indicação das três
132entidades que passarão a constituir a Comissão Eleitoral. Estão abertas as inscrições, as indicações,
133como os Conselheiros entenderem. O Conselheiro da FAMURS propõe que, se há alguma entidade
134que tenha interesse em participar da comissão eleitoral que, por favor, se manifeste. **Sra. Cimara**
135**Machado:** O seguimento das ONGs indicam **Geraldo Susin,** da ALGA, para fazer parte da comissão.
136**Sr. Presidente:** Pois não, Geraldo Susin, ALGA, representante do seguimento das ONGs
137ambientalistas. Conselheiro Bugin? Comitê de Bacias se inscreve para a comissão. Temos mais uma
138vaga. Secretaria de Meio Ambiente abre mão. **Sr. Ebersson Silveira:** Eu proponho que a SEMA faça
139parte desta comissão, até pela experiência que já tem, pela questão de sempre sediar as reuniões, eu
140tenho a impressão de que tem que ser um componente nato desta comissão. **Sr. Presidente:** Seu
141argumento foi imbatível, nobre Conselheiro. O Conselheiro representante da SEMA acata a sugestão.
142Nós temos então a ALGA, Comitê de Bacias e SEMA como comissão eleitoral, que tem então o prazo
143de no máximo três meses para termos o próximo Presidente eleito pelos Conselheiros do Conselho
144Estadual do Meio Ambiente. Pergunto ainda e em tempo se algum dos Conselheiros ou vários
145Conselheiros tem alguma abjeção à comissão eleitoral ora constituída? Se existir alguma objeção,
146sugestão ou proposição diferente da apresentada até o momento, que se manifeste. Conselheiro da
147FAMURS, Prefeito Schmitt Prym. **Sr. Miguel Schmitt Prym:** Não é nenhuma objeção às indicações,
148mas gostaria de solicitar à comissão que vai trabalhar este assunto que faça de preferência a
149convocação da Assembléia Extraordinária para esta eleição em uma data que coincida com as
150reuniões ordinárias que é uma das pautas da reunião de hoje. **Sr. Presidente:** Proposição aceita, que
151conste em ata. As candidaturas deverão ser encaminhadas à comissão, o endereço pode ser o endereço
152da SEMA que a Secretaria Executiva então fará os encaminhamentos necessários assim como

153proporcionará a infra-estrutura necessária para que a comissão execute seus trabalhos. Então
154candidaturas, indicações, por gentileza, devem ser encaminhadas, não precisa ser hoje, não é,
155Rosaura? A comissão vai estabelecer. Perfeito. Consideramos então concluída a abordagem do
156primeiro item da nossa pauta de hoje, nenhuma nova observação? **Sr. Alexandre Bugin:** Presidente,
157só por uma questão de ordem, eu sugeriria que hoje esta comissão definisse uma data de reunião, para
158que pudéssemos nos reunir, para definir uma data, para que a comissão começasse a trabalhar, dando
159início a atividade. **Sr. Presidente:** A comissão então cria um momento para definir o seu cronograma
160de trabalho para a comissão. Correto, Conselheiro Bugin. Item dois da pauta da nossa reunião deste 25
161de abril de 2003. **2- Apresentação do calendário de reuniões.** Está na pasta dos Conselheiros? Nós
162temos uma proposta de calendário de reuniões até dezembro. A reunião de hoje, dia 16 de maio, uma
163sexta-feira, proposta para uma segunda reunião, dia 19 de junho, uma quinta-feira, é feriado. Consulto
164os prezados Conselheiros, postergamos, antecipamos ou mantemos a reunião de junho, correto?
165Antecipamos, postergamos? Consulto, para democraticamente decidirmos, aos prezados Conselheiros.
166Podem se manifestar levantando o braço. Mantemos a reunião de junho? **Sra. Cimara Machado:** Eu
167sugiro que, nesse mês de junho, se transfira a reunião para a próxima semana ou para a semana
168anterior, mas não para o dia posterior porque, como quinta é feriado, a semana fica muito curta, fica
169só segunda, terça e quarta, então para nós que temos de viajar fica um sacrifício muito grande. De
170preferência que se coloque para a outra semana. **Sr. Presidente:** Então seria no dia 26 e 27 de junho.
171Vamos ouvir os prezados Conselheiros. Os Conselheiros acatam à sugestão da Conselheira
172representante do CEA? Levantem a mão os que concordam. Está aprovada a sua sugestão. **Sr. Miguel**
173**Schmitt Prym:** Eu gostaria de perguntar se há alguma razão especial de se fazer as reuniões às
174sextas-feiras. O pessoal que vem do interior, principalmente quem usa ônibus, e sexta-feira
175geralmente é um dia de ônibus lotado, com dificuldades até, muitas vezes, de conseguir passagem. Só
176pergunto o porquê. Se tem uma razão vamos analisá-la. **Sr. Presidente:** Acredito que nas reuniões
177anteriores havia o hábito de intercalar, é isto? **Sr. Alexandre Bugin:** Só contribuindo, talvez os
178Conselheiros participaram deste processo. As reuniões eram nas sextas-feiras. Nós tínhamos problema
179de quorum e uma das questões era a dificuldade. Aí se propôs, alguns Conselheiros propuseram, que
180fosse na quinta-feira, mas outra parte do Conselho argumentou que quinta-feira também tinha
181problemas para o outro seguimento. Então, inclusive foi uma proposta nossa, que se fizesse
182alternadamente. De lá para cá, acredito que a questão do quorum tem sido satisfatória, com exceções,
183mas me parece que esta maneira foi a melhor maneira encontrada e, na prática, se mostro. Consulto os
184outros Conselheiros que participaram do processo desde lá, para ouvir a opinião em relação a isso. **Sr.**
185**Presidente:** Consulto o Plenário então acerca da proposição de manutenção de intercalarmos as
186reuniões quinta e sexta sucessivamente. Consulto os Conselheiros que concordam com esta
187proposição, por gentileza, se manifestem. Aprovado, portanto continua. **Sr. Roberto Alves:** Só uma
188dúvida quanto a reunião do dia dezesseis de maio, foi repetido duas sextas-feiras. Se alternado seria
189na quinta ou tem algum problema? **Sr. Presidente:** A presente reunião não está inclusa em um
190calendário a ser aprovado, ela antecipa estas, mas não vejo nenhuma objeção se os conselheiros assim
191o entenderem. **Sr. Adoralvo Schio:** Só em auxílio, para não começarmos a descumprir a própria
192resolução, se entra em vigor hoje, nesta data, o grupo que vai proceder a eleição terá o prazo, se for
193confirmado que deva ser numa desta reuniões, até o dia 25. Se nós postergarmos para o dia 26
194ficaremos fora do que está previsto no artigo 3º. **Sr. Presidente:** Ah, sim, do mês de junho. **Sr.**
195**Adoralvo Schio:** Então teríamos que observar isto aí para já não incorreremos hoje mesmo na
196ilegalidade. **Sr. Presidente:** Conselheiro, o prazo na verdade, acho que não seria, de qualquer forma,
197nenhum impecilho, nenhum obstáculo, apesar de que a minuta de resolução prevê a entrada em vigor
198na data de sua publicação. **Sr. Alexandre Bugin:** E a Rosaura está falando também que a reunião tem
199que ser extraordinária. **Sr. Presidente:** Ah, sim, a reunião tem que ser extraordinária, correto. São três
200meses, até noventa dias. Consulto então os Conselheiros: mantemos a proposta aí apresentada, com a
201reunião de junho sendo transferida para o dia 26, ou seja, na semana posterior? **Sr. Luiz Paulo**
202**Rodrigues Cunha:** Acatando à sugestão que se fez de fazer coincidir esta reunião, que significará a
203conclusão dos trabalhos da comissão, entendo que a proclamação e posse provavelmente, pelo menos
204a proclamação do resultado eleitoral, se esta reunião de julho, aí sim poderia ir para o dia 25 da

205 semana subsequente. Poderíamos dar provimento ao que foi sugerido, de fazer coincidir a reunião
206 ordinária com a extraordinária eleitoral. **Sr. Presidente:** Consulto o Plenário. O Conselheiro
207 representante da SEMA propõe também a realização da reunião de julho para uma semana após. Ao
208 invés do dia 18 para o dia 25. **Sr. Geraldo André Susin:** Gostaria de fazer uma sugestão de
209 encaminhamento. Como vai ter a comissão eleitoral e teremos uma outra reunião neste intervalo
210 sugiro que a comissão eleitoral faça esta proposta, amadureça melhor e traga para o Plenário tomar
211 decisão na próxima reunião do Conselho. **Sr. Presidente:** Conselheiro da SEMA, concorda? **Sr. Luiz**
212 **Paulo Rodrigues Cunha:** Estou apenas me atendo ao artigo 3º da minuta sugerida, que o prazo de
213 conclusão será de três meses a contar da publicação da resolução. Consulto a mesa de quando deverá
214 ser publicada a resolução? **Sr. Presidente:** Na próxima semana, começo da semana. **Sr. Luiz Paulo**
215 **Rodrigues Cunha:** É que houve uma proposição no início, de alguém aí que não me recordo, que se
216 fizesse coincidir, por questão de quorum, etc., a reunião ordinária com a extraordinária. Ora, se a
217 resolução já sinaliza três meses, não cabe deliberar depois, é cumprir o que está sinalizado aqui. Aqui
218 não diz até três meses, será três meses a contar da publicação desta resolução. Se vai publicar
219 segunda-feira, se projeta uma data noventa dias depois e esta data fica para ambas, ou se coloca o
220 “até”. **Sr. Presidente:** Acredito que seja a solução, porque a comissão eleitoral poderá concluir os
221 trabalhos antes disso. **Sr. Alexandre Bugin:** Presidente, eu concordo plenamente com a sugestão, que
222 isso é trabalho da comissão definir e propor na próxima reunião, mesmo porque, na eleição passada,
223 nós fizemos parte da comissão e depois da aprovação da resolução da comissão, acredito, levamos
224 quase quarenta dias para ser publicado o edital, e não era problemas do CONSEMA, mas problemas
225 da Casa Civil. Tem um prazo muito longo, a partir do qual a comissão começou a poder trabalhar
226 oficialmente. Então temos que aguardar a publicação oficial para a comissão se reunir. Então é essa
227 questão formal que não somos nós que podemos definir. Por isso que eu entendo que, depois da
228 publicação edital, a comissão define e propõe ao Conselho as datas, levando em consideração todas as
229 sugestões que foram apresentadas, acredito que dá para cumprir os prazos tranqüilamente. **Sr.**
230 **Presidente:** Acredito que a observação feita pelo Conselheiro representante do Comitê de Bacias é
231 pertinente. Consulto, para que fique bem claro e não gere dúvidas posteriores, o Plenário para então a
232 necessidade ou não de acrescentarmos se será de até três meses. Então voltamos para o item nº 1 e
233 acrescentaremos, ao artigo 3º, da minuta de resolução que cria a comissão eleitoral, que passará a ter a
234 seguinte redação: “Artigo 3º- O prazo de conclusão dos trabalhos da comissão eleitoral será de até três
235 meses, a contar da publicação desta resolução”. Consulto o Plenário, os Conselheiros que estiverem
236 de acordo manifestem-se levantando a mão. É unânime, está aprovada então a resolução com estes
237 termos, levando-se em consideração as observações procedidas pelos Conselheiros da SEMA, do
238 Comitê de Bacias, da FAMURS, do CEA, que se manifestaram à propósito, e mantemos o calendário
239 proposto de acordo com a minuta em mãos dos Senhores Conselheiros com a alteração da data do mês
240 de junho, que fica como sendo 26 de junho de 2003, também em uma quinta-feira, mantendo portanto
241 a proposta de intercalarmos as reuniões do Conselho entre quintas e sextas-feiras. Os Conselheiros
242 que estiverem de acordo, por gentileza, queiram levantar a mão. Aprovado o calendário de reuniões,
243 que também constará de uma resolução, que será também publicada no Diário Oficial. E gostaria, em
244 tempo, de me comprometer junto aos Prezados Conselheiros, de que a resolução que cria a comissão
245 eleitoral tenha sua publicação em um prazo bem menor do que o prazo observado pelo Conselheiro
246 representante do Comitê de Bacias. Providenciaremos, portanto, a partir já da próxima semana, a
247 solicitação de encaminhamento à Casa Civil para publicação no Diário Oficial do Estado. Algum
248 outro comentário? Alguma outra observação à propósito do item nº 2 da nossa pauta de hoje? Face a
249 não manifestação dos nobres Conselheiros, consideramos cumprido o 2º item da pauta. Passamos para
250 o 3º, e atendendo a sugestão do Conselheiro Flavio Lewgoy, promoveremos a inversão de pauta e
251 peço que Mário Kolberg Soares faça nesta oportunidade a apresentação daquele que foi o trabalho da
252 Câmara Técnica de Controle e Qualidade à propósito da **3- proposição de uma minuta de norma**
253 **técnica estabelecendo padrões de emissões de efluentes líquidos para fontes de emissão que**
254 **lancem seus efluentes em águas superficiais.** Esta viria a substituir a portaria 05/89, que define
255 estes padrões de emissões de efluentes líquidos, ainda em vigor. Com certeza o que nós faremos hoje
256 será tomarmos conhecimento da proposição, não sendo esta minuta de resolução posta em votação

257nesta reunião. É conveniente que os prezados Conselheiros tomem conhecimento, mergulhem na
258proposta, para possíveis sugestões de alterações às propostas aí apresentadas. Então passo de imediato
259a palavra ao técnico Mário Kolberg Soares. Por gentileza, Mário, queira sentar aqui. Para fazer a
260apresentação, o Mário que é o coordenador da Câmara Técnica de Controle e Qualidade, para
261proceder a este relatório. Mário, a palavra está contigo. **Sr. Mário Kolberg Soares:** Obrigado, Dilda.
262O objetivo de nossa presença na reunião de hoje, na condição de Presidente da Câmara Técnica de
263Controle e Qualidade do CONSEMA, apresentar rapidamente o que significa este documento que está
264sendo disponibilizado a todos os Conselheiros para apreciação e votação futura em termos de
265aprovação ou, enfim, substantivos necessários para modificação, para que se tenha então uma nova
266resolução referente a emissão de efluentes líquidos no Estado do Rio Grande do Sul. O objetivo de
267nossa presença aqui hoje não é de promover objetivamente uma discussão técnica sobre o documento,
268mas sim de fazer uma apresentação bastante sucinta de como se chegou a este documento e como este
269documento apareceu hoje na mão de todos os Senhores e Senhoras para apreciação e porque surgiu. A
270Câmara de Controle e Qualidade do CONSEMA é uma Câmara Técnica onde estão representadas
271onze entidades do Conselho, que tem representantes técnicos que compõem esta Câmara Técnica e, a
272partir destes representantes, também é aberta para que convidados possam participar desta Câmara.
273Nós deliberamos desta forma e trabalhamos durante todo o ano passado com essa diretriz. Esta foi
274nossa primeira demanda na Câmara Técnica de Controle e Qualidade, que seria então a revisão da
275portaria 05 de 89, que é o documento oficial que temos hoje no Estado que estabelece padrões de
276emissão por efluentes líquidos e as fontes geradoras no Estado do Rio Grande do Sul. Esta portaria já
277se apresentava bastante defasada, não só em termos de tempo, foi editada em 89, como também em
278termos de formatação, e também em relação à alguns parâmetros e alguns padrões que se
279apresentavam defasados do que se tinha na época como uma realidade ideal para realidade vivida
280hoje, em termos do que se conseguisse realmente atingir estes padrões de emissão por alguns
281parâmetros fixados. Nós desenvolvemos o trabalho que foi objetivamente de revisar a portaria 05,
282dando um outro formato a ela, e tentando chegar a um documento mais atualizado em cima de um
283histórico todo que já se tinha neste período, principalmente em termos de monitoramento das
284emissões líquidas e do sistema de auto-monitoramento que a FEPAM executa para as empresas,
285principalmente aquelas que já estão neste processo de Licenciamento há mais tempo e já auto-
286monitoram os seus efluentes. Bom, nós trabalhamos dentro da Câmara Técnica, durante praticamente
287todo o ano passado, em cima desta revisão da portaria 05, totalizamos em torno de vinte e uma
288reuniões técnicas. Em princípio as nossas reuniões eram sempre às quartas-feiras pela manhã, sempre
289a segunda quarta-feira de cada mês, mas acabamos ainda fazendo uma série de outras reuniões
290extraordinárias, a medida que as discussões aumentavam em termos de modificações desta portaria, e
291também em termos da frequência da Plenária, do pessoal que comparecia para participar também
292alterava. O quorum normalmente era atingido, e nós tínhamos sempre um grande número de
293convidados, técnicos, profissionais liberais, enfim, que vinham participar da reunião e que vinham
294também interagir conosco no sentido de trocar idéias e tentar chegar em um documento mais viável de
295ser aplicado para realidade atual do Estado. Foi assim que surgiu este documento que está de posse
296dos Senhores hoje, que é esta proposta de norma técnica do CONSEMA, que irá substituir esta
297portaria 05 de 89. O objetivo deste documento é definir os critérios e padrões de emissão para
298efluentes líquidos lançados em águas superficiais no Rio Grande do Sul. Tem como condição geral de
299aplicabilidade, que vai se aplicar a todas as atividades geradoras de efluentes líquidos, que
300contemplem o lançamento dos mesmos em águas superficiais no Estado, excluindo-se os lançamentos
301no mar e infiltrações no solo. Serão objetos de avaliações independentes dentro do processo de
302Licenciamento pelo órgão ambiental. Estes valores são colocados aqui como padrões referenciais, são
303para corpos de águas superficiais, não contemplando o lançamento no mar e nem contemplando
304infiltrações no solo, que teriam seu objeto de Licenciamento específico referente a cada tipo de
305Licenciamento e a cada caso, servindo apenas estes valores como algum referencial na análise desta
306propostas. O objetivo também deste documento é de até se introduzir com mais força a questão da
307carga de lançamento e não só trabalhar com padrão de concentração. Nós tínhamos isto mais ou
308menos alinhavado na portaria 05 de 89, os padrões como DBO5, DQO e SS já tinham uma certa

309 correlação com a vazão de lançamento, e neste documento aqui nós estendemos isto para outros
310 parâmetros, mantendo então DBO, DQO e SS, mas também por Nitrogênio Total, que nós chamamos
311 de Kjeldahl, o Fósforo e os Coliformes Termotolerantes. Estes parâmetros passariam a vigorar os seus
312 limites de concentração diferenciados em função da vazão de lançamento, Isto é uma novidade em
313 relação à portaria 05. Outra questão, estou falando de aspectos bem superficiais e abrangentes do que
314 se trabalhou especificamente na norma, outra questão importante era os padrões para Nitrogênio e
315 Fósforo, que os valores fixados pela portaria 05, o valor de Fósforo Total era de uma miligrama por
316 litro, e de Nitrogênio Total de 10 miligramas por litro. Eram valores bastante rigorosos e bastante
317 difíceis de serem atingidos, pela dificuldade e pelo auto-investimento que um empreendimento que
318 acusasse estes parâmetros em seu efluente teriam que despender para que atingissem estes valores. O
319 sistema de auto-monitoramento da FEPAM contemplava que a grande maioria dos empreendimentos
320 licenciados já com Licença de Operação na FEPAM não conseguiam atingir estes valores de 10
321 miligramas por litro para Nitrogênio Total e uma miligrama para Fósforo. Este foi o objeto primeiro
322 até que motivou esta revisão da portaria, e a forma como entendemos de flexibilizar isto foi trabalhar
323 estes dois parâmetros em função da vazão e principalmente a questão do Nitrogênio, que passaria a
324 ser monitorado não mais como Nitrogênio Total mas sim como Nitrogênio Kjeldahl, que contempla o
325 Nitrogênio Orgânico e o Amôniacal, ficando fora o Nitrogênio na forma de Nitritos e Nitratos, porque
326 entendemos que realmente a parte mais tóxica do Nitrogênio seria na sua forma Amôniacal, onde no
327 meio será transformado em Nitrito e depois, mais tarde, em Nitrato, que é a forma mais estabilizada e
328 que seria importante sim fazer com que as fontes geradoras tivessem bem contemplado, bem atendido,
329 a questão do padrão para Nitrogênio na forma Amôniacal, que é sua forma mais agressiva. Preferimos
330 trabalhar, neste primeiro momento, na forma de Nitrogênio Kjeldahl e não mais o Nitrogênio total, foi
331 a forma como conseguiu se flexibilizar um pouco a questão do controle do Nitrogênio. Esta norma
332 não tem a intenção de ser uma norma que atenda 100% as expectativas de uma norma de controle de
333 fixação de padrões e parâmetros para emissão de efluentes líquidos uma vez que a idéia é que nós
334 conseguíssemos aperfeiçoar um pouco mais a portaria 05 de 89. Neste ponto conseguimos evoluir
335 bastante, mas fica bastante distante de ser um documento ideal, porque um documento ideal em que
336 realmente pudéssemos balizar o Licenciamento no Estado teria que estar contemplado diretamente
337 com os corpos receptores, as vazões dos corpos receptores, o uso da água dos corpos receptores, a
338 classificação de cada faixa do corpo receptor, todo o enquadramento das bacias e aí sim, poderíamos
339 ter, em função de todos estes dados, trabalhar para que se tivesse uma flexibilização maior de
340 lançamento de carga ou de concentração em corpos d'água ou em seguimentos de corpos d'água que
341 tivesse uma viabilização possível para tal. Mas, certamente, só conseguiríamos com o enquadramento
342 de todas as bacias, com a classificação de todas os corpos hídricos e, aí então, se poderia ter uma
343 norma ideal para isso. Para que hoje, quando se fala em lançamento de emissões, e quando se fala em
344 padrão por concentração, fica muito debilitada a questão do ponto de lançamento. Quer dizer: hoje
345 estou lançando este efluente, se estou lançando em um arroio que tem uma vazão bastante diminuída,
346 se estou lançando na bacia do Rio Uruguai que tem uma vazão bastante superior, mas o padrão de
347 emissão acaba ficando fixado no mesmo em termos de concentração, o que é uma coisa assim, em um
348 primeiro momento, bastante incoerente em termos de aceitação, em termos de suporte de qualidade
349 ambiental para o lançamento desta concentração. Conseguimos minimizar um pouco isto com uns
350 trechos que foram estabelecidos para avaliação de carga em função da vazão que foi estabelecida por
351 estes seis parâmetros, o restante dos parâmetros, como a maioria da totalidade dos metais, estes todos
352 ficaram com valores fixos, independente da vazão de lançamento e independente da vazão de
353 recebimento do corpo receptor. Outro ponto também significativo, que nós dividimos a norma em dois
354 tipos de efluentes: aqueles efluentes líquidos de fontes poluidoras, que chamamos como todas as
355 fontes poluidoras exceto os efluentes líquidos domésticos e estabelecemos para estes uma outra
356 avaliação, uma sistemática de vazão um pouco mais diferenciada, com esta flexibilização também
357 para DBO, DQO, Sólidos, Nitrogênio, Fósforo e Coliformes Termotolerantes. Abrindo uma
358 possibilidade de que estes empreendimentos que tenham problema de lançamento, principalmente
359 com Nitrogênio e Fósforo, e que os custos de tratamento em unidades compactuadas são muito
360 elevadas ou então os custos, senão em unidades compactuadas, precisariam de uma área muito grande

361 para se ter esta remoção de Nitrogênio e Fósforo, seria tratamentos com lagoas, pudessem ser feitos
362 de forma conjugada, utilizando algumas estações públicas de tratamento de efluentes domésticos, e
363 que poderiam, em um primeiro momento, receber efluentes para tratamento considerando esta parte
364 mais secundária do tratamento, ou seja, o tratamento poderia ser feito de uma forma primária, nos
365 empreendimentos geradores destes efluentes, e de uma forma secundária, ou até mesmo terciária,
366 sendo feito conjuntamente com efluente doméstico, para que pudéssemos conseguir então o
367 cumprimento dos padrões para Nitrogênio e Fósforo neste tratamento coletivo junto com resíduo
368 doméstico, com efluente líquido doméstico. A norma também contempla algumas questões referentes
369 aos poluentes orgânicos persistentes, embora não tivéssemos evoluído muito nesta parte, colocando,
370 simplesmente relatando, alguns destes compostos orgânicos que até mesmo já estão proibidos, já de
371 fabricação, por seus princípios ativos, determinamos então esta condição de ausentes, completamente
372 ausentes no efluente, até seu limite de detecção, que são fixados no documento também, mas
373 evoluímos para que se trabalhasse em uma outra norma, uma norma que envolvesse a questão da
374 toxicidade do efluente. A questão da toxicidade está fora deste contexto, desta norma, gerou um novo
375 documento, que é uma nova minuta, que está em análise ainda na Câmara Técnica, nós simplesmente
376 suspendemos os trabalhos no final do ano, e talvez tenhamos que retomar agora certamente, então
377 estamos trabalhando em uma nova norma, também para efluentes líquidos, que envolva somente a
378 toxicidade do efluente. Vão entrar todas as questões de avaliação de toxicidade mesmo, avaliação com
379 algas, com bactérias, com peixes, enfim, toda a questão da toxicidade, aquele ponto a mais, que não só
380 os parâmetros físicos ou químicos de avaliação, vão estar contemplados nesta nova norma que ainda
381 está em avaliação na Câmara Técnica, ainda está na forma de minuta, ainda teremos algumas
382 discussões certamente, para que esta norma possa ser remetida à Plenária para apreciação do
383 CONSEMA. Também que fique isto como uma informação importante, este documento está mais
384 fixado na parte dos padrões normais físicos e químicos, as questões de toxicidade serão referendadas
385 em uma nova norma técnica que ainda está em trabalho na Câmara Técnica. De uma forma geral, a
386 norma continua com este aspecto bastante abrangente, um balizador, um sinalizador macro, para
387 fixação destes padrões, destes parâmetros, embora remeta sempre ao Licenciamento específico de
388 cada empreendimento para que a FEPAM possa a qualquer momento ser mais restritiva em relação
389 aos valores que foram fixados em função da qualidade, em função do potencial do empreendimento e
390 do suporte de qualidade ambiental para o local onde pretenderá ou se encontra implantado. Esta
391 abertura ainda continua. A norma tem estas características rápidas e bem sucintas que apresentei aqui,
392 da forma como foi trabalhada, se chegou a este documento final, e se for a necessidade de todos os
393 Conselheiros que se faça uma apresentação mais técnica, de como se chegou a estes dados, a estas
394 conclusões presentes na norma, e também as dificuldades que se teve para que se chegasse a este
395 documento hoje, e também alguma questão referente ao que se entende como uma fragilidade que o
396 documento ainda apresenta, em termos de que realmente não tem a condição de suportar o que seria
397 ideal em termos de fixação de padrão para que o Licenciamento Ambiental pudesse ser realmente um
398 balizador em termos de suporte ambiental para que um determinado empreendimento possa ter
399 condição de operar com determinado padrão em uma área do Estado e com outro padrão em outra área
400 do Estado em função do suporte ambiental do local onde vai haver este lançamento. Isto infelizmente
401 ainda não conseguimos fazer com esta revisão, e está propondo até mesmo no corpo desta revisão que
402 novamente venha a ser revisada daqui a três anos, quando se espera que esta questão possa estar mais
403 evoluída, os Comitês de Bacia também com seus trabalhos mais aprofundados, a classe também já
404 estipulada para cada bacia, e aí então se tem assim como um balizador mesmo de Licenciamento a
405 questão de aprovação para que o empreendimento opere em área A, B, ou C, em função da qualidade
406 do suporte ambiental que tenhamos naqueles locais e do potencial que vai ter que cumprir em termos
407 de redução de sua concentração, de sua carga e de seus efluentes. A idéia de sinalizar por carga
408 também é importante, não ficando só nos padrões de concentração, uma vez que a tendência também
409 será de redução do consumo de água nos empreendimentos e, com esta redução no consumo de água,
410 se ter a necessidade de que se reduza o valor de concentração dos efluentes e, conseqüentemente, da
411 carga final a ser lançada, para que não se tenha impactos significativos em termos de concentração.
412 Rapidamente, este foi o trabalho feito, que desenvolvemos na Câmara Técnica, um espaço aberto em

413que todos sempre estiveram convidados a participar e deverá retomar agora seus trabalhos, acredito
414que já no mês de maio, e o nosso primeiro ponto de pauta será a continuidade da revisão da portaria
415de efluentes líquidos em relação à toxidade, que essa nós ainda não concluímos. A idéia não era fazer
416nenhuma apresentação técnica, mas simplesmente divulgar o documento e da forma como se chegou a
417este documento, até ouvir algumas ponderações se for o caso, e se também assim for entendido pela
418direção do CONSEMA, promover um outro dia para que se faça um debate mais técnico sobre as
419condições que foram fixadas neste documento. Acho que era isso. **Sr. Presidente:** Considerando a
420proposição inicial de que hoje seria feita esta explanação mais geral, passamos então a palavra aos
421Conselheiros para que se manifestem acerca da explanação e da proposta formulada. A palavra está
422então com os nobres Conselheiros. **Sr. José Luiz D. Barrados:** Entendo que a proposta está longe de
423ser a ideal, mas é um avanço com relação ao que tínhamos antes. A minha preocupação é saber se
424nesta proposta se deixou alguma abertura para que a FEPAM possa, de alguma forma, fazer uma
425cobrança ou exigência maior em determinadas situações. Embora, vamos supor, que Nitrogênio e
426Fósforo estejam atendendo aos limites fixados, mas para uma determinado manancial, hoje temos
427condições de fazer esta correlação seja impactuante. A FEPAM poderá fazer este tipo de exercício, de
428cobrança de maiores providências por parte do emissor? **Sr. Mário Kolberg Soares:** Se formos
429consultar o documento que está sendo apresentado, o item 4.2.3 já diz isso. Podem ser estabelecidos
430critérios mais restritivos pelo órgão ambiental competente por afixação dos padrões de emissão
431constantes nesta norma em função dos seguintes aspectos: características físicas, químicas e
432biológicas da água, do corpo receptor, características hidrológicas do corpo receptor, uso da água, do
433corpo receptor, e enquadramento legal do corpo receptor. Em função destes itens, em função da
434localização de cada empreendimento, poderá sim o órgão ambiental se posicionar em termos de mais
435restritividade do que os valores aqui apresentados. **Sr. Presidente:** Conselheiro Flavio? **Sr. Flavio**
436**Lewgoy:** Sr. Presidente, eu realmente iria expressar mais ou menos o que o colega da Sociedade de
437Engenharia do Conselho explicou, eu estou preocupado exatamente com isso, mas em vista da
438explicação de que serão atendidas as características do corpo receptor, desde que haja motivo para
439isso, e também a questão individual de cada lançamento. Vou dar um exemplo: a Riocell, Klabin
440atualmente, senão me engano, o lançamento dela, a vazão, não é qualquer coisa, é quarenta mil metros
441cúbicos diários. E no que se refere à metais pesados, com características extremamente tóxicas e
442cumulativas, como por exemplo Chumbo e Mercúrio, esta norma decididamente não pode se
443sustentar, mas tendo em vista esta apresentação, que também pode ser remetida à questão que
444inclusive está esclarecida aqui, das dioxinas e dos organoclorados, que estão explicitados aqui mas
445não muito, eu acho que há esta possibilidade de fixação em função das características não só do corpo
446receptor mas também da fonte poluidora. **Sr. Presidente:** Comitê Gravataí? **Sr. Sérgio Cardoso:** Só
447gostaria de chamar atenção a respeito do item 4.2.3, da importância da implementação do sistema de
448gestão de recursos hídricos no Estado do Rio Grande do Sul. Não poderia evitar de neste momento me
449manifestar do empenho que todos nós temos da implantação do sistema e do fortalecimento dos
450Comitês justamente quando pegamos quanto à questão das características particulares de cada bacia.
451Particularmente, o Rio Gravataí tem seus problemas, bem diferenciado do Taquari-Antas ou do Ibicui,
452é essa a importância da integração destes dois sistemas, sistema de meio ambiente e sistema de
453recursos hídricos, através do fortalecimento dos Comitês de Bacia. **Sr. Presidente:** Com a palavra,
454Técnica Alda. **Sra. Alda Maria de Oliveira Correa:** Era o que eu queria falar, exatamente sobre este
455item 4.2.3, que tenta contemplar esta questão de situações mais críticas. E um item que dá margem à
456questão da fixação dos padrões de emissão para toxidade já está contemplado aqui como uma abertura
457já para encaminhar. **FITA II Sra. Silvia Cappelli:** Mostrar para o Plenário um conjunto de
458fotografias que revelam uma atividade que está na vazão, uma avicultura de Garibalde que tem
459atendido todo o processo de tratamento de efluentes hídricos e só não atende o padrão de Nitrogênio e
460Fósforo. O efluente hídrico que lança, na fotografia fica evidente, é totalmente verde, em função da
461vazão, do corpo receptor da serra, que é onde se concentra a maior parte destas atividades, pelo que a
462Assessoria Ambiental do MP falou, ocorre o processo de eutroficação, com a baixa da oxigenação
463desta água. Uma preocupação nossa muito grande foi que, por exemplo, com determinada vazão, há
464uma permissão de um aumento de até 100% do lançamento, do padrão para Nitrogênio. **Sr.**

465 **Guilherme Schulz:** Como a Dra. Silvia falou, nós da Assessoria Ambiental realizamos inúmeras
466 vistorias pelo interior do Estado, assessorando promotores e vendo bem a realidade destas
467 agroindústrias, principalmente aviculturas, frigoríficos, matadouros, indústrias de conservas, que tem
468 no seu efluente características com grandes concentrações de Nitrogênio e Fósforo. Já a matéria
469 orgânica, DBO e DQO, sendo eliminadas com lagoas de estabilização, que na maioria são sistemas
470 que eles possuem. A nossa preocupação, como essas indústrias lançam o Nitrogênio geralmente entre
471 vinte a cinquenta e Fósforo de três a oito ou até mais, avicultura, frigorífico, matadouro, indústria de
472 conservas, no corpo receptor de água que, geralmente, em indústrias pequenas, são pequenas sangas,
473 pequenos corpos hídricos, e que ocorrem este fenômeno de eutrofização, com grande crescimento de
474 algas, a proliferação. Um outro ponto, também sobre efluentes domésticos, sobre o grande aumento de
475 Coliformes, da liberação, e algumas vazões de 200 a 500, dez na seis, para Coliformes
476 Termotolerantes e Escherichia Coli, que pode repercutir na balneabilidade destes corpos hídricos. E
477 temos outras sugestões para serem também dadas, não sei se vai ter uma outra reunião. Seria
478 importante uma reunião técnica, uma outra explanação mais técnica, acreditamos, sobre esta norma,
479 mas parabéns pela modificação. **Sr. Mário Kolberg Soares:** Só uma manifestação bem rápida, sobre
480 o que foi colocado. Primeiro dizer que o objetivo nosso realmente não é fazer uma discussão técnica
481 sobre estes números hoje, e até estas ponderações que acolhemos com bastante preocupação. Agora,
482 nós discutimos muito este assunto, foi um ano dentro da Câmara Técnica para chegarmos nestes
483 números. Realmente a situação é: se você estabelecer um padrão mais rigoroso, como vinha sendo o
484 de dez para Nitrogênio, por exemplo, e estabelecesse como um valor a ser cumprido pela legislação,
485 cairíamos na situação em que nos encontramos hoje, de que a grande maioria não atinge estes dez e
486 talvez muitos deles nem precisassem atingir realmente estes dez em função da vazão do corpo
487 receptor que recebe estes efluentes. Então, o que se optou? Optou-se em fragilizar um pouco mais este
488 valor dos dez e se deixar no item 4.2.3 de que a FEPAM pudesse liberar para cada caso em função da
489 vazão do corpo e da característica, do potencial, do ramo, da atividade industrial, trabalhar caso a caso
490 no Licenciamento, mas não como algo mais macro, fixado como era na 05, que estabelecia o dez e aí
491 a FEPAM não poderia fragilizar este dez, tinha de ser de dez para baixo, agora não, agora posso
492 trabalhar de vinte e cinco para baixo. Então tenho um número balizador que é um pouco mais elevado
493 e também não é do Nitrogênio total, já tiramos um pouco da parte de Nitratos e de Nitritos fora, e aí
494 consegue trabalhar no Licenciamento sim, porque pelo documento oficial que tínhamos antes
495 qualquer valor que a FEPAM fixasse acima de dez nós estaríamos completamente fora da legalidade.
496 Esta foi a opção que se teve e a idéia é que se continue trabalhando o Licenciamento sempre no caso a
497 caso e quando situações, como esta que esta relatando, vierem a ocorrer, certamente alguma
498 providência terá de ser tomada em termos de que o padrão não possa ser talvez este que foi
499 contemplado na norma. Esta foi a idéia a que se tentou chegar como um consenso maior do grupo,
500 para que se pudesse ter um documento que pudesse evoluir e não ficar amarrado em um número que
501 não tivéssemos como trabalhar, para ser menos restritivo, e isto viesse a inviabilizar uma série de
502 empreendimentos no sentido de aplicação de penalidades, não renovação de Licenciamento e isso
503 atingiu determinado volume tal de punições que estavam inviabilizando uma série de atividades no
504 Estado. Muitas delas, não falarei injustamente, mas pela vazão do corpo receptor tivessem condições
505 de suportar sim os dez, os quinze, os vinte, os trinta até mesmo que estavam sendo lançados, e como
506 estava fixado dez, teria que ser dez. Esta que foi a forma, tentamos fragilizar um pouco mais este
507 número, mas garantindo o Licenciamento no caso a caso no que for necessário reduzir em termos
508 deste valor de vinte e cinco se a vazão for menor que cem. Isto foi o que se pensou como saída para
509 este documento evoluir, dar um passo a mais daquilo que se tinha, que na verdade amarrava nos dez, e
510 nós acabávamos, agora falo mais como técnico da FEPAM mesmo, tendo que infracionar e essa era
511 nossa única alternativa. E temos ainda situações de muitos empreendimentos que, se tivermos de
512 exigir mesmo um bom controle para que se atingisse o valor de dez, independente de olhar o suporte
513 da qualidade do efluente que ele vai lançar, nós acabaríamos até inviabilizando muito este
514 empreendimento pelo alto custo que teria de investir para chegar neste valor de dez, que talvez não
515 tivesse uma razão muito lógica para o corpo receptor que ele estava recebendo, ou então pela ausência
516 de uma área em que ele pudesse fazer esta estação de tratamento no processo biológico, de lagoas,

517enfim, e que não teria área para fazer isto, porque muitos empreendimentos destes estão localizados
518em áreas mais urbanas e de difícil espaço físico para fazer. Então se tentou pensar em algumas
519possibilidades desse tipo no sentido até mesmo de que este efluente, se nós tivéssemos uma estação
520operando de esgotamento sanitário no Município, este efluente onde seria lançado, este corpo
521receptor, fosse conduzido a esta estação de tratamento para ser feito um tratamento complementar,
522nível terciário, para reduzir. Mas são possibilidades que se abriu e que se entendeu, nestas discussões
523técnicas, que se evoluía com isso, embora esta situação realmente permaneça e teria de ser tratada
524caso a caso no Licenciamento. **Sr. Presidente:** Conselheiro Alexandre Bugin? **Sr. Alexandre Bugin:**
525Eu gostaria também de parabenizar o Mário e toda a Câmara Técnica, pois temos acompanhado isso.
526Até semana passada, quando recebi a convocação, entendi por estar recebendo periodicamente por
527parte de integrantes da Câmara Técnica as minutas e as propostas eu até entendia que já se partiria
528para uma discussão final de aprovação. Gostaria de fazer uma colocação, não no sentido de que esta
529norma atenda, mas este assunto me traz a tona, em cima de todas as ações de trabalho, e estou até
530fazendo esta colocação muito mais pela ABES do que propriamente pelo Comitês, apesar de que
531dentro dos Comitês de Bacias esta questão é extremamente preocupante e seguidamente se discute,
532que é a questão dos efluentes urbanos, os esgotos. A norma contempla o tratamento, as exigências,
533para as estações de tratamento em operação e aquelas que vem a ser licenciadas, só que hoje, sabemos
534disto pois no nosso dia-a-dia este questionamento surge, a FEPAM não tem uma ferramenta para
535acionar um Município que não faça nada, e quem vive o saneamento básico, como eu, pela ABES,
536vivo, sabemos que o nível de tratamento de esgotos hoje, no Brasil, é extremamente baixo. No Rio
537Grande do Sul temos até níveis um pouco mais altos, mas a realidade também é muito baixa. Não
538temos saneamento, sabemos que o setor saneamento vive a questão de falta de recursos de
539investimentos, os Municípios não tem como investir, existe questões administrativas que envolve
540contratos entre órgão estadual com Municípios, mas hoje o que se vê, se fôssemos fazer o
541enquadramento de todos os rios no Rio Grande do Sul, como o Sérgio falou, que é etapa do Comitê,
542certamente este enquadramento vai levar a uma realidade diferente do que deve ser, porque nós
543sabemos que a grande carga de poluição dos rios na realidade de hoje são oriundas dos esgotos não
544tratados dos Municípios, e sabemos que a FEPAM não tem como autuar ou acionar, mesmo porque
545não tem como, uma indústria você dá o auto de infração e pára, mas e o Município? Sabemos que a
546questão do esgoto tem a questão da população ser convencida a fazer o pagamento, mas não podemos
547fechar os olhos para isso, porque tem casos já de empreendimentos tendo suas alterações restritivas,
548sendo restritas, por causa do Município que é montante, descarrega sua carga de esgoto total e aquele
549corpo hídrico que deveria ser um rio, que deveria ter a capacidade de receber o efluente da indústria,
550tratado ou não tratado, simplesmente tem de se restringir porque existe uma poluição ao montante que
551ninguém consegue resolver. Sabemos, por exemplo, Caxias do Sul, que tem plano diretor de
552tratamento de esgoto que foi aprovado no início do ano, prevê, não se sabe daqui a quantos anos,
553tratar 40 a 60% do esgoto. Tudo bem, mas quando será isso? Eu entendo que o CONSEMA deve abrir
554discussão sobre este assunto, grupo de trabalho, enfim, que possa criar situações e uma discussão que
555propicie à FEPAM ferramentas para se comece a buscar uma modificação do setor que existe hoje.
556Não adianta pensarmos que os Comitês vão enquadrar os rios em cima desta realidade. Temos estudos
557dentro do Comitê Gravataí que dizem que não adianta aumentar a vazão. Todo o estudo feito pelo IPH
558de readequação, enfim, de regularização de vazão, não vai resolver o problema da poluição causada
559pelos Municípios. As estações que estão se licenciando, que estão em operação, vão se adequar à
560normas, está claro. E aquele Município que não tem coleta de esgoto, que o esgoto entra em uma fossa
561ascética e vai para o subterrâneo que vai dar no rio. Ou aquele Município que tem a rede coletora, mas
562esta rede é ligada no pluvial, no final, ou simplesmente, no final, tem um cano que sai no rio. Semana
563passada tivemos um encontro com o Dilda, no Município de Veranópolis, tratando exatamente destas
564questões, e o próprio Município de Veranópolis tem como sendo uma das principais causas a questão
565do saneamento básico. Toda a região do Taquari Antas é assim, a Bacia do Gravataí também tem esta
566causa. Eu estou fazendo esta colocação porque é o momento de nós, não hoje, mas abriremos a
567discussão dentro do CONSEMA, chamarmos os setores envolvidos, Secretaria de Obras, Saneamento,
568FAMURS, e temos que buscar uma solução, prazos, programas, planos, e botar no papel em termos de

569prazo, como tem a legislação de resíduos sólidos que define prazos para esta adequação, mas temos
570que tratar esta discussão daqueles Municípios que hoje não tem nada de saneamento, não tem nada de
571tratamento de esgoto e que não são atendidos pela norma. O Código Estadual do Meio Ambiente
572prevê, está na norma, que é proibido diluir efluentes em corpos hídricos. Na verdade é o que está
573sendo feito, só que não temos hoje como agir neste casos. A minha colocação é mais neste sentido.
574**Sr. Presidente:** O Conselheiro representante da FAMURS, Prefeito Miguel Schmitt Prym. **Sr.**
575**Miguel Schmitt Prym:** Bem, por não ser técnico, não tenho as melhores condições de avaliar isto aí.
576Vamos na FAMURS discutir isto com os Prefeitos, acho que é muito importante a proposta e, como
577gestor municipal, vou fazer uma colocação que pode parecer até meio simplória, até meio ingênuo.
578Temos uma grande preocupação em tudo que é normativo, que possa criar dificuldades na
579implantação de empreendimentos, no Licenciamento. Então no ponto 4.2.6 diz o seguinte: “O ponto
580de lançamento de efluentes em corpos hídricos será obrigatoriamente situado a montante do ponto de
581captação de água. Do mesmo corpo d’água utilizado pelo usuário, ressalvados os casos de
582impossibilidade técnica”. Eu quero deixar registrado a preocupação de que, sendo obrigatória mas
583abrindo a possibilidade de não ser exigida por impossibilidade técnica, que seja isto claramente
584normatizado, porque senão colocaremos mais um empecilho. Este negócio de impossibilidade técnica
585é algo muito relativo, vai depender da opinião de um técnico e esta, nós sabemos, é muito complicado,
586muito difícil, muito demorado. Vou citar um exemplo, do porquê estou tendo esta preocupação. Na
587minha cidade fechou uma empresa há trinta dias, por uma decisão judicial, com oitenta funcionários.
588A empresa está despedindo os oitenta funcionários porque, se permanecer fechada, não terá condições
589nem de atender as exigências que quer atender eventualmente, tem esta disposição de saber o que
590temos que fazer, só que vai se descapitalizar se ficar mantendo oitenta funcionários inativos e
591contratar serviços fora. Está mandando as peças para serem analisadas para Santa Catarina e São
592Paulo, e não teve visita, não teve ninguém que dissesse qual é a exigência técnica para poder levantar
593esta liminar na justiça. Nós nos preocupamos muito com isso porque se colocarmos mais um
594complicador, que não fique muito clara a condição técnica, a impossibilidade técnica, vamos ter
595problemas mais adiante, com certeza. Por isso estou fazendo esta colocação, porque gestores
596municipais tem enfrentado estes problemas. Eu acabo de receber a informação, um telefonema ainda
597há pouco, de uma preocupação do Conselho, de geração de emprego e renda na minha cidade, que
598está reunida examinando a situação desta empresa que está interditada há um mês, com receio de que
599inclusive a empresa tenha de pedir autofalência porque não conseguirá sustentar por mais tempo esta
600situação sem uma solução, o que nós temos que fazer. **FITA II – Lado A:** Que empresa é esta? **Sr.**
601**Miguel Schmitt Prym:** Galvânica Bereta. Problema existe, temos consciência, quero que os órgãos
602digam a estas empresas o que tem de fazer. Para resolver seus problema, a empresa terá de decidir se
603tem capacidade de fazer, se quer fazer ou não, ou então manter fechada, mas tem de haver uma
604indicação, tem de haver uma solução imediata para esta empresa não ficar parada nesta situação. Se
605não tiver condição de atender as exigências técnicas, tem mesmo é que fechar, estamos plenamente de
606acordo com isso, agora tem que ter um órgão com agilidade e condições de dizer o que fazer para
607resolver seu problema. **Sr. Mário Kolberg Soares:** Em relação ao item 4.2.6, na verdade o que
608fizemos foi simplesmente referendar o que já está previsto no Código Estadual do Meio Ambiente.
609Este item é o item do Código Estadual que obriga que os lançamentos sejam obrigatoriamente a
610montante do ponto de captação. Está no Código Estadual que foi aprovado, o que nós fizemos foi
611trazer este item também como parte deste documento, até para que seja novamente referendado isto
612pelo CONSEMA, e com esta situação de ressalvados os casos de impossibilidade técnica, porque nós
613como técnicos entendemos que vai haver situação em que esta inversão de captação por lançamento
614será inviabilizado, vai inviabilizar o empreendimento em função da dificuldade que se terá de fazer
615isto, de ter que inverter o ponto de captação. Isto ficaria resguardado para que, conforme a avaliação
616do órgão ambiental, aí sim caberia à FEPAM, ao corpo técnico da FEPAM, avaliar se esta situação é
617uma situação de impossibilidade técnica, se é uma situação até mesmo de desnecessidade de que esta
618inversão fosse feita, em função do potencial de vazão do corpo receptor, enfim, algumas situações que
619não ficassem tão amarradas como estavam no código, que obriga que em todos os empreendimentos
620deva ser feito esta inversão. E o código também referenda isto, dá esta abertura também. É importante

621que voltemos com este item novamente aqui, até para despertar esta preocupação que o Senhor está
622colocando, para que fique bem claro isto. É necessário sim que se faça esta inversão do ponto de
623captação para quem está fazendo de forma contrária, é referendado no código e será referendado
624também nesta resolução do CONSEMA que trata de emissão de efluentes líquidos. E quanto a este
625item, da impossibilidade técnica, é o critério mesmo de avaliação que verá o que é uma
626impossibilidade técnica e até quando existe uma impossibilidade técnica, porque de repente há
627situações em que vai haver uma impossibilidade e terei de dizer, como técnico da FEPAM, “Pare seu
628empreendimento porque esta impossibilidade não me interessa, teria que ser regrado e tem todo
629mundo que trocar”. Não, havendo uma possibilidade técnica sendo sustentado e sendo avaliado,
630realmente poderia permanecer não atendendo a este ponto. Sentindo-me um pouco provocado
631enquanto técnico da FEPAM nas questões que o senhor colocou em relação ao empreendimento, dizer
632o que eles tem de fazer. Bem, o empreendimento sabe o que fazer. Está tudo bem claro na Legislação,
633está bem claro o que tem de ser cumprido, os padrões que tem de atender, os resíduos como tem de
634fazer, as emissões atmosféricas como tem que tratar, as normas técnica da ABNT estão todas aí, não
635precisa ser eu, um técnico da FEPAM, que vou dizer o que tem de fazer. Ele tem que cumprir a lei, só
636isso. **Sr. Presidente:** Só complementando, se for necessário o empreendedor julgar que precisa de
637uma orientação, a FEPAM não se nega. **Sr. Miguel Schmitt Prym:** Na verdade a empresa alega que
638cumpriu, e o noticiário diz que não cumpriu. Já se solicitou, pelo menos é esta a informação, à
639FEPAM que tomasse conhecimento do assunto e dissesse se cumpriu ou não cumpriu. **Sr. Eduardo**
640**Defalouck:** Eu gostaria de saudar esta resolução no sentido em que abre possibilidade de fixação de
641parâmetros relativo a um assunto bastante complexo que são o Nitrogênio, Fósforo e os Agrotóxicos
642advindos das atividades agrícolas. Gostaria de referendar o posicionamento do colega Bugin, no
643sentido de continuarmos este debate em uma Câmara especializada dentro do CONSEMA, para
644vermos como será possível enfrentar este problema no sentido de não ser pontual, de ser muito
645disperso, de ter uma complexibilidade muito grande, e gostaria de fazer um reparo insignificante à
646fala do Mário: é toxicidade, não é toxidade. Obrigado. **Sr. Presidente:** O Mário fala muito depressa.
647**Sr. Flavio Lewgoy:** O dicionário já emite as duas formas, toxidade e toxicidade. **Sr. Mário Kolberg**
648**Soares:** Eu iria fazer um comentário sobre isto. **Sr. Presidente:** Muito bem, este é um momento de
649descontração. **Sr. Roberto Alves:** Eu gostaria de saber se foi estabelecido alguma prazo para que esta
650discussão da proposta ocorra dentro do Conselho. Digo isto para que se possa eventualmente discutir
651a proposta dentro dos Comitês de Bacias, enfim, para que os Conselheiros possam se munir de mais
652informações com relação à proposta e, posteriormente a esta discussão de uma proposta em termos de
653padrões, será enviada esta proposta para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e depois voltaria
654para uma votação final. Quais seriam estes prazos, até para podermos nos organizar do ponto de vista
655da avaliação da proposta? **Sr. Mário Kolberg Soares:** Não estou habilitado, nem é minha intenção
656responder isto. Só fazer um comentário em cima disto que estás colocando, seria importante
657procurarmos entender, e aí vai o desabafo de quem presidiu esta Câmara Técnica de Controle e
658Qualidade durante todos estes dois anos passados, de tentarmos entender um pouco a personalidade
659deste sistema de Câmaras Técnicas. É obvio que a Plenária do CONSEMA, os Conselheiros, não tem
660o conhecimento técnico para avaliar documentos técnicos, por isso se cria então uma Câmara Técnica,
661e estas discussões devem ocorrer tecnicamente dentro destas Câmaras, para que o documento chegue
662a Plenária com todas as justificativas técnicas já exauridas. Aí então as dúvidas podem ser tiradas
663neste nível de discussão, porque se cada vez que um documento for para uma Câmara Técnica, se
664levar um ano para trabalhar com os técnicos na Câmara, depois voltar para a Plenária, e uma série de
665outras ponderações técnicas vierem sob documentos, nós não vamos sair disto aí nunca. É um
666desabafo, quem tem contribuição técnica para dar, tem que ir na Câmara Técnica, participar das
667reuniões, e vamos exaurir bem este documento para que, quando chegar na Plenária do CONSEMA,
668possa ser feita considerações do tipo “Não entendi isso, não entendi aquilo, me explique isso,
669justifique por que chegaram a isso”, são questões razoáveis de se ponderar. Agora, retomar um
670documento para uma discussão técnica, eu acho que isso aí vai fazer com esta coisa não termine
671nunca, era a única colocação. Quanto a este fluxo de daqui ir para Câmara Técnica de Assuntos
672Jurídicos, para talvez se fazer alguma revisão jurídica de algo que possa ter se passado em não ser

673objeto legal, também não sei como será este encaminhamento. Há possibilidade sim de se revisar, de
674se retomar algumas discussões, não é um documento que foi concluído na Câmara Técnica como um
675documento fechado e perfeito, certamente há muito o que melhorar, mas só fico preocupado com esta
676questão de ficarmos indo e voltando com o documento e, daqui a pouco, passa mais um ano e
677continuamos trabalhando na FEPAM com a 05/89 e não saberemos mais o que fazer, pois não
678adiantará mais multar ou renovar Licença de quem não está cumprindo o padrão, aí não saberemos
679mais como trabalhar, este é o problema. **Sr. Presidente:** Senhores Conselheiros, considerando que
680como representante da FAMURS eu participei desta Câmara técnica, eu só gostaria de dar um
681depoimento de elucidação. Quantas reuniões foram feitas, Mário? Vinte e uma reuniões. Só para
682registrar um aspecto que me parece importante, é evidente que precisamos avançar sempre na busca
683do equilíbrio, sempre objetivando estabelecer discussões, regramentos, uma reeducação até, na nossa
684cultura, nos nossos hábitos, para que efetivamente este ambiente do qual nós somos parte, que não é
685uma gavetinha que abrimos e aqui está o ambiente, aqui está a economia, e na economia mais duas ou
686três gavetinhas, o setor primário, o secundário, o terciário. O ambiente é o cenário onde as coisas
687acontecem e no qual somos hoje o topo da cadeia, sem dúvida. Ora, as discussões que foram mantidas
688nesta Câmara Técnica durante vinte e uma reuniões, não significa que aqui esteja o supra-sumo de
689tudo, não é isso. Contudo, os representantes das diversas Instituições, que tem acento e que não tem
690acento no Conselho, é aberto, neste tempo participaram das discussões com muitos recomeços.
691Realmente, sei que não é pauta desta reunião, mas quero só dar o depoimento, o Mário se revelou um
692bom diplomata para levar adiante o caso. Eu, inclusive, o provoquei muitas vezes, até tirei a paciência
693dele uma ou duas vezes, batendo firme em alguns pontos. Temos que avançar, sem sombra de dúvida.
694Sem o estabelecimento destes desafios, seguramente os avanços ocorridos na sociedade como um todo
695não teriam acontecido. Gostaria de fazer aos nobres Conselheiros, abertos a todas as sugestões que
696por ventura tenham, é de que na próxima reunião ordinária do Conselho fosse feita, como diz o Mário,
697uma apresentação técnica, os Conselheiros estão de posse da minuta, dessem uma lida, buscassem
698identificar as dúvidas que possam surgir, aqui seriam elucidadas, o Conselho poderia aprovar ou não,
699pedir mais elucidações, mas aprovando. Este Conselho poderia remeter à Câmara Técnica de
700Assuntos Jurídicos, para formatação final, para então encaminhar à publicação. Não sei se poderia ser
701uma sugestão de encaminhamento. Aberto à avaliação dos nobres Conselheiros. **Sr. Sérgio Cardoso:**
702Minha sugestão de encaminhamento é a seguinte: em respeito a todo trabalho desenvolvido, nós
703temos trinta dias entre esta reunião e a próxima, se houverem propostas de mudança neste período de
704trinta dias, ou nos próximos vinte dias, que sejam realmente substanciadas, e que propiciem que volte
705ao Plenário ou que a Câmara Técnica se reúna, isto aconteceria e, neste caso, teríamos estas
706colocações na próxima reunião. Se, neste período, nos próximos vinte dias, não tivermos
707manifestações pelas entidades aqui presentes, que isto volte ao Plenário na próxima reunião para
708votação final. **Sr. Presidente:** Inclusive, complementando esta sugestão, os Conselheiros ou não
709Conselheiros que queiram enviar sua contribuição a partir deste texto podem fazê-lo pela Internet, por
710escrito, por fax, pessoalmente, sem problema nenhum. Poderão ser dirigidos ao Mário, dê o e-mail do
711departamento. **Sr. Mário Kolberg Soares:** sri@fepam.rs.gov.br. **Sr. Miguel Schmitt Prym:** Queria
712apenas entender a proposta do companheiro, vamos mandar em vinte dias as nossas propostas. E se
713estas propostas não forem aceitas pela Câmara Técnica, a próxima reunião plenária do Conselho vai
714referendar esta discussão? **Sr. Mário kolberg Soares:** Vamos receber propostas de alteração do
715documento, certamente não serei eu a pessoa que vai proceder nestas modificações. Dependendo da
716consistência, esta sim vou me permitir fazer a avaliação, da consistência destas propostas e da
717profundidade destas propostas, talvez tenhamos de aparar este encaminhamento, chamar novamente a
718Câmara técnica para que seja avaliada com o grupo inteiro estas alterações que serão apresentadas. Aí
719eu terei de me reportar à Presidência do CONSEMA e dizer: “Não tem condições de colocar a minuta
720em votação na próxima reunião, porque existem ainda algumas questões importantes que foram
721levantadas que poderiam ser melhor discutidas”, e convocar novamente a Câmara Técnica, para que
722se fizesse estas discussões. Parece-me que seria melhor fazer assim, desta forma. **Sr. Presidente:**
723Uma complementação: vamos chegar um momento em que, não havendo unanimidade, votaríamos no
724Conselho, certo? **Sr. Valtemir Goldmeier:** Dilda, a minha contribuição em relação ao assunto, eu

725 sugiro que se faça o seguinte: na próxima reunião, caso não haja nenhuma sugestão nova, o assunto
726 realmente seja trazido para votação no Conselho. Caso haja alguma sugestão, estas sugestões sejam
727 apresentadas em Plenário junto com a explanação técnica que será feita, e aí volta para a Câmara
728 Técnica. **Sr. Presidente:** Nós temos duas sugestões de encaminhamento, mais alguma manifestação
729 de Conselheiro, para partirmos aos indicativos? **Sr. Alexandre Bugin:** Eu proporia que estas
730 propostas de alterações, aquelas entidades que tem representantes dentro da Câmara Técnica, que já
731 discutiram estes assuntos todos, entendo que as entidades que possam apresentar propostas, que estas
732 tenham que passar primeiro pelo seu representante, porque aí pode até fazer uma filtragem, se este
733 assunto já foi debatido ou não, e ver a pertinência. Parece-me, nós, Conselheiros, passarmos por cima
734 dos nossos representantes dentro da Câmara Técnica, e fazemos alterações, ao nosso entendimento,
735 sem ouvir a opinião do nosso representante, entendo que não é a forma correta de encaminhamento.
736 Aquelas entidades que não são representadas nesta Câmara Técnica, tudo bem, aí se encaminha para o
737 Mário, mesmo porque, conforme for o volume de trabalho, talvez até o Mário não tenha condições de
738 fazer esta filtragem. Eu acho que a melhor maneira de tratarmos deste encaminhamento é desta forma.
739 **Sr. Presidente:** Como complementação de informação, lembramos então que a Câmara Técnica de
740 Controle e Qualidade Ambiental se compõe dos seguintes representantes: FEPAM, FIERGS,
741 Instituição Universitária Privada, nesta oportunidade era a PUC, através do professor Assis, Secretaria
742 da Saúde, Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, Centro de Biotecnologia, FAMURS,
743 Comitês de Bacias Hidrográficas, IBAMA, Secretaria da Justiça e Segurança e Sociedade de
744 Engenharia. Estes os representantes no caso com acento nesta Câmara Técnica, embora tenha
745 participado vários outros ao longo destas discussões. Podemos dar o encaminhamento de acordo com
746 o que o Conselheiro Alexandre colocou? Há necessidade de repetir a proposição do Conselheiro
747 Alexandre? **Sr. Alexandre Bugin:** Que as propostas de alterações ou sugestões à norma daquelas
748 entidades que tem representante na Câmaras Técnicas passem primeiro por estes representantes, uma
749 discussão interna, para depois chegar às mãos do Presidente da Câmara. E aquelas entidades que não
750 tem representantes ou que não tem esta discussão feita no seu setor, aí sim encaminharia diretamente
751 para a Presidência da Câmara. **Sr. Presidente:** Os Conselheiros que concordam com este
752 encaminhamento, por gentileza queiram se manifestar levantando qualquer uma das mãos. Está
753 aprovado o encaminhamento. Conselheira Kathia, por gentileza. **Sra. Kathia Monteiro:** Eu quero
754 sugerir que nestes trinta dias esta resolução passe pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, para já
755 ter uma avaliação e agilizar então a aprovação final. **Sr. Presidente:** Secretária Rosaura, então nós
756 estaremos acatando a sugestão e já antecipando-nos em fazer este encaminhamento. Estão os demais
757 Conselheiros de acordo com a proposição da Conselheira Kathia Vasconcelos? Muito bem, aprovado.
758 Podemos dar por encerrado a discussão do quarto item, que na verdade é o terceiro, da pauta de hoje?
759 **Sra. Alda de Oliveira Corrêa:** Só uma correção na minuta, onde fala nos padrões de compostos, fala
760 TPT Trifenil Estanho e TBT Tributílo Estanho, ao invés de PB o segundo. **Sr. Presidente:** Correção ao
761 item 5.1. **Sra. Alda de Oliveira Corrêa:** “Devem ser atendidos os seguintes padrões de emissão de
762 efluentes líquidos”. **Sr. Presidente:** Quase no final da página. **Sra. Alda de Oliveira Corrêa:** Sim,
763 “caso emissão dos efluentes orgânicos listados a seguir: Endosulfan, TPT Trifenil Estanho e TBT
764 Tributílo Estanho”. **Sr. Flavio Lewgoy:** Queria apenas dizer ao companheiro Mário que o esforço é
765 devidamente apreciado, não pense que eu menosprezei, pelo contrário, achei fora de sério, eu sei das
766 dificuldades de uma confecção de uma norma destas, proposta de norma. Era apenas isto. **Sr.**
767 **Presidente:** Consideramos então concluída a discussão do item número quatro e passamos então para
768 o item número três, de acordo com a inversão de pauta proposta pelo Conselheiro professor Flavio
769 Lewgoy, passamos então para **4 - aprovação do relatório de atividades do CONSEMA referente**
770 **ao ano de 2002.** Considerando que os prezados receberam antecipadamente este relatório, consulto-os
771 para a necessidade de correções, observações, inclusões ou exclusões. De qualquer forma, correções
772 deste relatório. Mário, muito obrigado, e vossa excelência já fica convocado para a próxima reunião
773 do Conselho para as observações que se fizerem necessárias. **Sr. Geraldo Susin:** Não recebemos este
774 material. **Sr. Presidente:** Rosaura, foi encaminhado para os Conselheiros pelo Correio? Por SEDEX.
775 Conselheiro Geraldo notifica não recebimento. Prezados Conselheiros, mais alguma manifestação no
776 que diz respeito ao relatório? **Sra. Kathia Monteiro:** Eu tive dando uma olhada no relatório, e senti

777 falta da relação das presenças das entidades nas reuniões. E agora, conversando com a Rosaura, ela
778 me informou que isto deve ser apresentado na próxima reunião. Então talvez seja o caso de nós
779 aprovarmos este relatório junto com a representação da frequência das entidades, todos na próxima
780 reunião, os dois. **Sr. Presidente:** Temos duas observações então. Indiretamente o Conselheiro
781 Geraldo, que notifica o não recebimento, e da Conselheira Kathia, que face à sugestão de inclusão da
782 relação de presenças propõe também a apreciação na próxima reunião ordinária deste Conselho.
783 Submeto à apreciação dos prezados Conselheiros a proposição para que o relatório de atividades do
784 CONSEMA relativamente ao ano de 2002 seja objeto de apreciação na próxima reunião do Conselho.
785 Os Conselheiros que concordam, por gentileza, manifestem-se levantando a mão. Está aprovado então
786 a apreciação deste relatório para a próxima reunião do Conselho. De imediato passamos ao item
787 quinto da pauta desta reunião, **5 – Assuntos Gerais.** Estão abertas as inscrições. **Sr. Círio Azevedo**
788 **Silva:** Prezado Dilda e demais membros do Conselho, desejo comunicar a nomeação da Dra. Cecília
789 Hipólito, nova Gerente Executiva do IBAMA no Rio Grande do Sul, e também convidá-los, a todos os
790 integrantes do Conselho, os convites irão via FAX e Correio, para posse que se dará no dia vinte e
791 oito, segunda-feira, às quinze horas, no auditório do IBAMA, aqui em Porto Alegre. **Sr. Geraldo**
792 **Susin:** Só para comunicar o encaminhamento do Ofício nº 063 à Mesa para que encaminhe à Câmara
793 Técnica afim. Vamos lê-lo então: “Vimos por meio desta trazer ao conhecimento da SEMA e
794 encaminhar ao CONSEMA algumas considerações em relação à questões tratadas em audiência
795 pública convocada pela Prefeitura de Caxias do Sul realizada no dia vinte e quatro de abril de 2003.
796 Segue em anexo os seguintes documentos: documento com as considerações, moção nº 1 do 24º
797 Encontro Estadual de Entidades Ecológicas, cópia do resultado de enquête, e solicitamos que o
798 presente documento seja encaminhado à Câmara Técnica com a finalidade de orientar sobre a Eia-
799 Rima. Ficamos à disposição. Assino como Presidente da ALGA”. O assunto é o seguinte: a Prefeitura
800 de Caxias do Sul está propondo uma modificação de uma lei complementar do Município de Caxias
801 que muda o uso e atividades dentro das bacias de captação no Município de Caxias do Sul, bacias de
802 captação de água para consumo humano. A lei anterior protege e é bastante restritiva, e a atual
803 proposição libera loteamentos dentro das bacias de uma forma bem clara. Isto, considerando-se a
804 necessidade, a prioridade inclusive pelo artigo 171 da Legislação da Constituição do Estado do Rio
805 Grande do Sul, em que a prioridade da água é para o consumo humano, solicitamos à Prefeitura o
806 estudo de impacto e o relatório e gostaríamos de comunicar este assunto ao Governo do Estado
807 também. Obrigado. **Sra. Cimara Machado:** Eu tenho duas comunicações. Uma, que a Coordenação
808 da APEDEMA mudou no dia quinze de março. Até o dia quinze de março de 2003 era Centro de
809 Estudos Ambientais de Pelotas, a AGAPAN de Porto Alegre e o Movimento Roessler de Novo
810 Hamburgo. Agora foi eleita uma nova coordenação, que é composta pelo Verde Novo de São
811 Lourenço, Movimento Roessler de Novo Hamburgo e ALGA de Caxias do Sul. São os novos
812 coordenadores da APEDEMA/RS. O outro comunicado é referente ao Encontro Estadual de Entidades
813 Ecológicas, que no dia 04, 05 e 06 de abril estivemos reunidos em Caxias do Sul, o Movimento
814 Ecológico Gaúcho, onde debatemos vários assuntos, que vai ser encaminhado tanto para o Secretário
815 Estadual de Meio Ambiente, nossas resoluções, quanto para o Presidente do CONSEMA. **Sr.**
816 **Valtemir Goldmeier:** Eu não sei, gostaria de fazer duas considerações. A primeira em relação à
817 reunião do dia cinco de maio, às 8h e 30min da manhã, em relação à Conferência Nacional do Meio
818 Ambiente. Não sei se os Conselheiros tem conhecimento, mas o Governo Federal chamou as
819 entidades para uma Conferência Nacional do Meio Ambiente. Já ocorreu uma reunião e dia cinco de
820 maio vai ter uma segunda reunião no IBAMA. A Conferência Nacional será precedida de
821 Conferências Estaduais e o Rio Grande do Sul tem na coordenação várias entidades, entre elas a
822 FAMURS, a SEMA, a FEPAM, e tem várias entidades envolvidas. O próprio IBAMA, a Prefeitura de
823 Caxias do Sul, e a próxima reunião para organizar a Conferência Estadual que vai indicar os
824 delegados do Rio Grande do Sul vai acontecer no IBAMA no dia cinco às 8h e 30min da manhã. Só
825 que como o organizador disto é o Eugênio Spengler, e vai estar viajando mais tarde, não poderemos
826 começar a reunião à dez horas, então lembrem do horário, 8h e 30min. Outra coisa, Dilda, era um
827 pedido em relação à pauta da próxima reunião, em nome dos Municípios, que na próxima reunião
828 fosse trazido a este Conselho a solicitação dos Municípios que pediram ampliação do porte de

829Licenciamento Ambiental das atividades de impacto local. É o caso do Município de Novo
830Hamburgo, do Município de Sapucaia do Sul, Panambi, cujo Prefeito é Prym, e Caxias. Na próxima
831reunião gostaria que este assunto fosse trazido para a Plenária do Conselho para ser discutido. Muito
832obrigado. **Sr. Presidente:** Está registrado sua proposição, prezado Conselheiro. **Sr. Valtemir**
833**Goldmeier:** A Kathia perguntou alteração de quê, e eu estou respondendo. A Resolução 05 de 98
834estabeleceu até que porte o Município pode licenciar, e alguns Municípios, face a sua qualificação
835técnica, face ao fato de terem já contratado uma equipe melhor e terem estrutura para licenciar algo
836mais, estão pedindo ampliação deste porte que é estabelecido na Resolução 05/98. Na verdade é uma
837solicitação de ampliar a tabela que tem na 05/98, é o caso de Porto Alegre, quando houve
838municipalização, do Licenciamento Ambiental, das atividades de impacto local, para Porto Alegre, da
839Resolução 05/98 foi repassado tudo. Então estes Municípios também entendem que montaram
840equipes, que fizeram investimentos e que tem condições de avançar neste sentido. Baseado neste
841mesmo princípio é trazido isto ao CONSEMA. **Sra. Silvia Capelli:** É uma pergunta a fazer ao
842representante da FAMURS, se são solicitações pontuais ou se são solicitações genéricas de
843modificação da Resolução 05/98 do CONSEMA. **Sr. Valtemir Goldmeier:** No caso de Caxias não é
844pontual. Caxias do Sul pediu o mesmo que Porto Alegre, pediu tudo, ou seja, todos os Licenciamentos
845no Município de Caxias passariam a ser feitos não mais pela FEPAM mas pelo órgão ambiental
846municipal. Isto passou pela Câmara Técnica de Gestão Compartilhada e a Câmara Técnica entendeu
847que não era sua competência analisar, que deveria ser analisado diretamente no Plenário porque
848alterava uma Resolução do CONSEMA. Então nós, da Câmara Técnica, não tínhamos a capacidade
849legal para tanto. Novo Hamburgo está pedindo ampliação dos loteamentos, porque os loteamentos
850dentro do Município de Novo Hamburgo tem o porte entre quatro e dez hectares, e o que foi passado
851ao Município foi até cinco hectares. Resultado: todos os loteamentos estão sendo licenciados pela
852FEPAM. O Município de Sapucaia pediu em algumas áreas e o Município de Panambi pediu na parte
853de pinturas, estruturas, porque na Resolução 05 foi colocado que empreendimentos metálicos,
854assuntos ligados à metalurgia, o Município poderia licenciar desde que não houvesse pintura. Só que
855daí tirou toda a atividade fora, porque ninguém vai vender uma estrutura metálica sem pintá-la.
856Vamos entender como erros que aconteceram que de repente teremos que avançar. **Sra. Silvia**
857**Capelli:** A minha pergunta é: esta solicitação foi à Secretaria do Meio Ambiente ou foi à algum órgão
858dentro da FAMURS. Isto que não estou entendendo. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Os próprios
859Municípios pediram à SEMA. Como a Câmara Técnica é presidida pela FAMURS, nós
860encaminhamos e estou pedindo que colocasse na pauta da próxima reunião. **Sra. Silvia Capelli:**
861Agora compreendi, obrigada. **Sr. Presidente:** Conselheiro, tratam-se dos expedientes que no início
862das atividades de hoje mencionei. **Sr. Miguel Schmitt Prym:** Quero aproveitar para fazer uma defesa
863da nossa experiência em Panambi, estamos com áreas invadidas, está tendo um fluxo migratório muito
864grande. O Município tem áreas disponíveis para fazer loteamentos, e todos tem mais de cinco
865hectares, não tem como fazermos loteamentos sociais em trinta áreas na cidade, nós temos que
866comprar áreas maiores, até porque são áreas que são glebas ainda, compramos por um preço acessível
867para um Município poder fazer este investimento. Temos hoje uma demanda de mil e cem famílias
868sem-teto em cinco anos. Há cinco anos atrás, na outra gestão, quando fui Prefeito a outra vez, nós
869zeramos a demanda, porque nosso programa, que está na segunda edição, chama-se Nenhuma Família
870Sem Casa. Estamos atendendo integralmente a toda a demanda das famílias que não tem teto, e aí nós
871precisamos comprar glebas grandes, porque não adianta comprar um terreninho, e outro terreninho,
872porque daí a estrutura fica muito cara. Então estamos com esta demanda dos loteamentos de cunho
873social. São loteamentos municipais. O Município compra a área, bota luz, bota água, abre ruas e faz o
874sorteio dos lotes. Atualmente a demanda é de mil e cem famílias que não tem teto, e estão invadindo
875as áreas, daqui a pouco teremos favelas, já temos embriões de favelas. O povo fica sabendo que a
876Prefeitura desapropriou, que já está em processo de desapropriação, estão invadindo, então temos que
877agilizar isto. Sabemos das limitações da FEPAM, de pessoal e de recursos para fazer a vistoria e o
878Licenciamento. Nós precisamos fazer isto de uma forma mais flexível, cumprindo as normas,
879evidentemente, ninguém está querendo descumprir as normas, mas temos que agilizar. Temos um
880órgão municipal, competente, organizado, com todos os técnicos para fazer isto. **Sr. Flavio Lewgoy:**

881Sr. Presidente, vou confessar uma coisa um pouco chata: eu não sabia que Porto Alegre tinha ganho
882tudo. Isto me parece um despropósito, não querendo em absoluto desfazer da capacidade técnica das
883Secretarias respectivas, mas estou achando bastante difícil de aceitar, apesar de ser porto-alegrense e
884tudo. Vejam, abrir uma exceção. Uma vez a porta entreaberta, tende a se escancarar. Vou repetir, não
885estou desfazendo da qualificação técnica dos servidores técnicos-científicos contratados, até acho
886ótimo, mas pensem: qual foi a intenção da Resolução 05? Foi exatamente atribuir aos Municípios
887aquelas atividades de impacto local. Licenciamento, por exemplo, criação de porco, quando unanimemente
888uma região inteira cria porco. É algo que deve ser visto em conjunto. Disse apenas algumas coisas.
889Estou achando que se trata de algo que precisa ser considerado dentro de uma modificação da
890Resolução 05 e não apenas um atendimento às solicitações pontuais. Era isso. **Sr. Eduardo Stumpf:** A
891minha avaliação é que a Municipalização, a Legislação, não foi acompanhada com a devida
892instrumentalização em relação aos Municípios, não estou me referindo à questão técnica, mas à
893questão do conhecimento. Na FEPAM os técnicos têm quinze ou vinte anos de conhecimento em
894relação a isto, e a falha da FEPAM é a não normatização da maioria dos detalhes. Em um exemplo:
895depósito de agrotóxicos, que a FEPAM licencia com uma rigidez bastante boa, na minha opinião, e a
896Prefeitura de Porto Alegre simplesmente não sabe o que nós fizemos e não restringe nada, então fica
897uma disparidade completa. Enquanto estou licenciando um depósito de cinquenta metros quadrados,
898não interessa em que Município, com uma restrição muito forte, eu tenho um depósito de agrotóxicos
899de quatrocentos metros quadrados em Porto Alegre sem nenhuma condição. O segundo assunto, eu
900gostaria de lembrar que na penúltima reunião do CONSEMA tivemos uma discussão muito
901importante com relação à agrotóxicos, em que se concluiu que nós, no Estado, estamos trabalhando
902em uma forma bastante errada em relação ao controle do uso, do comércio, de embalagens dos
903agrotóxicos, em vista que temos uma Legislação que buscou o controle do comércio. Naquela reunião
904saiu uma moção, digamos, deste assunto voltar a ser discutido pelo CONSEMA de uma forma mais
905contínua, porque o problema dos agrotóxicos é algo muito difícil, muito complexo, e a nossa
906tendência é discutir por uns dias, umas semanas, parar e aí voltarmos de novo. Como teve esta reunião
907e se iniciou um movimento forte no sentido de tentar se discutir este assunto, gostaria de lembrar esta
908reunião e pedir que o CONSEMA discutisse agrotóxicos novamente. **Sr. Sérgio Cardoso:** Só gostaria
909de chamar atenção, porque participei, na época, destas discussões da 05. Como tivemos uma
910experiência nova neste processo de Municipalização, e os processos foram chegando, e sabemos que
911nem sempre como gostaríamos que viessem, dentro dos planos de bacia, dentro dos técnicos
912qualificados, se não seria este um novo período de caminhada, não pararmos o processo, mas darmos
913uma zerada para sabermos o quanto evoluímos nos Licenciamentos que foram feitos pelos Municípios
914agora, como está a situação. Se não seria possível, para uma próxima reunião, termos preparado para
915este Conselho uma radiografia das pendências e de todos os processos de pedidos que estão em
916andamento dentro do Conselho, porque temos que fazer uma avaliação em conjunto. As solicitações
917feitas pela FAMURS, por mais justas que sejam, na verdade não podem ser pontuais. Na discussão da
91805 que nós tivemos, tentamos abranger o sistema, e não podemos cair no erro neste momento de
919começar a fazer solicitações pontuais conforme cada particularidade. Ou trabalhamos em forma de
920sistema ou não conseguimos trabalhar. **Sra. Cimara Machado:** Nós, do 24º Encontro Estadual de
921Caxias, lançamos uma campanha no Rio Grande do Sul contra os produtos transgênicos. Então é um
922boicote contra os produtos transgênicos, todas as ONGs estão trabalhando nas suas cidades-sedes, e
923este trabalho no Rio Grande do Sul é unido com o trabalho que tem a nível nacional, que é por um
924Brasil livre de transgênicos. Já estão saindo algumas reportagens nos jornais, ontem algumas
925entidades fizeram manifestações em Porto Alegre, Caxias, São Lourenço, várias cidades do Rio
926Grande do Sul. Outro ponto relativo aos transgênicos, gostaria de ressaltar que na última reunião do
927CONAMA foi aprovada por unanimidade uma moção contra a MP 113 do Governo Lula. Inclusive
928tinha representantes do Estado, eu estava pelas ONGs, o representante do Secretário de Meio
929Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul também estava lá, representante do Ministério Público
930também. Então foi aprovado uma moção contra a MP 113, que libera os produtos transgênicos tanto
931para comércio interno quanto para comércio externo. **Sr. Geraldo Susin:** Dois pontos: quanto à
932questão do encontro, que nossa entidade, ALGA, organizou junto à APEDEMA, possivelmente em

933um mês nós teremos os anais impressos para disponibilizar todos estes assuntos. O segundo ponto é
934quanto ao que o Sérgio e o Professor Lewgoy colocaram. Sigo a mesma linha: nós devemos ter
935prudência. Antes de liberar, deixar passar um boi e vir uma boiada atrás, nós deveríamos apreciar os
936relatórios, as avaliações de cada Município, para termos um melhor monitoramento do que está
937acontecendo em termos sistemáticos. **Sr. Presidente:** Inclusive temos aqui presente o Clebes, que faz
938parte da equipe que trabalha juntamente com a SEMA, na consolidação deste relatório. **Sr. Clebes**
939**Brum Pinheiro:** Pela própria Resolução 04/2000, que aponta a necessidade de entrega de
940documentos anuais, uma vez que o Município foi habilitado. Tivemos fechando um ano, em março,
941dos primeiros Municípios habilitados por este Plenário, então estamos dentro da FEPAM estipulando
942alguns itens que julgamos importantes neste repasse de informação para fazermos então este perfil,
943este diagnóstico que o Conselheiro levantou e eu também manifesto a necessidade de oxigenarmos a
944própria Câmara Técnica de Gestão Compartilhada. Gostaria de externar a necessidade de talvez
945reunirmos mais entidades, em função da preocupação que existe sobre este tema no Estado, que mais
946órgãos pudessem se incorporar a esta Câmara Técnica para que consigamos dar mais vazão,
947incrementarmos o processo que está em andamento. **Sra. Silvia Capelli:** Eu tive a oportunidade de
948assistir a explanação do Senhor Secretário Estadual de Meio Ambiente na Assembléia Legislativa,
949onde por Vossa Excelência foi registrado que um dos eixos de priorização da Secretaria Estadual de
950Meio Ambiente será justamente a Gestão Compartilhada e a Municipalização do Licenciamento
951Ambiental. Se os Conselheiros entenderem de acolher, acho que este poderia ser um dos pontos
952prioritários de trabalho, de reflexão do Conselho Estadual do Meio Ambiente, sobre justamente uma
953destas prioridades da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, que a todos nós interessa, interessa à
954FAMURS, às ONGs e poderíamos, de todas as ponderação que houve especialmente em Assuntos
955Gerais, ficou nítida a preocupação de todos e a necessidade de que nós não tornemos a apreciação de
956situações pontuais para o Licenciamento total ou pleno das atividades, e que nos esforcemos para
957fazer uma reflexão global sobre este tema pulsante e de interesse de todos. Minha proposta, e desde já
958o Ministério Público manifesta interesse em compor a Câmara Técnica de Gestão Compartilhada,
959entendemos que este deveria ser um assunto prioritário para que trabalhássemos este ano. **Sr.**
960**Presidente:** Boa notícia, Dra. Silvia, o Ministério Público é muito bem-vindo a esta Câmara que se
961constitui das seguintes Instituições: FEPAM, Secretaria da Cultura, Sindiágua, Centro de Estudos
962Ambientais, Instituição Universitária Privada, FAMURS, Comitês de Bacias Hidrográficas, Sociedade
963de Engenharia e Secretaria Estadual de Coordenação e Planejamento, já contando então com o
964Ministério Público para ser incluído na relação. Peço licença aos nobres Conselheiros, sei que não é
965de praxe, e seguramente já me dei conta, devo ter atropelado umas duas vezes o protocolo, mas só
966gostaria de fazer uma observação em relação à inclusão dos Municípios neste processo irreversível de
967gestão ambiental, a que chamamos de gestão ambiental compartilhada. Concordo plenamente com a
968observação da Dra. Silvia Capelli, e com a expressão do Clebes, a palavra oxigenação, que
969efetivamente, na medida em que avançam as exigências legais, em termos de gestão do meio
970ambiente, quer sejam, só para generalizar, do Licenciamento à Educação Ambiental, ou seja, todo este
971leque da gestão ambiental onde o Licenciamento é uni-instrumento, é fundamental que haja esta
972discussão extensiva aos próprios Municípios, para que não ocorra a interpretação parcial de que fazer
973gestão ambiental é fazer o Licenciamento Ambiental, pois é muito mais que isso. Só queria fazer esta
974manifestação, de absoluta concordância com o que a FAMURS levantou, com o que o Ministério
975Público levantou, no sentido de que esta questão avance, com nível de consciência e responsabilidade
976que implica. E, efetivamente, as palavras do Secretário José Alberto Wenzel, que nos honra com sua
977presença, de que é uma das prioridades, está eivada de lógica na medida em que ou esta consciência,
978esta responsabilidade, perpassa toda a estrutura da sociedade ou então nós teremos uma tarefa
979incompleta. Para que tenha consecução, tem que perpassar do órgão público responsável ao cidadão
980que acaba de nascer, é uma questão de todos, ou então não tem repercutibilidade, não tem
981conseqüência, mas acho que estamos aprendendo, a questão está evoluindo e com toda certeza terá o
982envolvimento de todos, e o papel deste Conselho à nível estadual, e sua representação à nível
983nacional, é de fundamental importância. Esta dinâmica justifica exatamente esta forma democrática de
984enfrentamento dos desafios neste seguimento, que perpassa tudo, do setor produtivo ao setor de

985serviços, do setor público ao setor privado, é missão conjunta. Dentro do item 5, assuntos gerais, mais
986alguma manifestação dos prezados Conselheiros? Se não tiverem, eu gostaria de fazer uma
987proposição. Os Senhores Conselheiros receberam hoje uma minuta através da qual está sendo
988apresentado aos Conselheiros a proposta de um plano estadual de regularização da atividade de
989irrigação. Está sendo apresentada hoje, porque ficou pronta ontem. Como é um assunto de vital
990importância, quer em termos de impactos ambientais, quer em termos de seguimento produtivo do
991Estado, considerando o número de empreendimentos do setor a serem regularizados, pensamos ser de
992bom alvitre encaminhar aos Conselheiros para tomarem conhecimento. Eu faria uma consulta,
993obviamente acatando em absoluto à decisão dos Conselheiros, se o Plenário se posiciona favorável ou
994não ao encaminhamento para Câmara Técnica para que proceda uma análise, ou se aguardamos a
995próxima reunião para que os Conselheiros se manifestem e então encaminhemos. Como o documento
996ficou pronto, achamos que seria oportuno levar já ao conhecimento dos prezados Conselheiros. **Sr.**
997**Miguel Schmitt Prym:** Eu dei uma olhada rápida, acho que o assunto é extremamente importante e
998oportuno, mas implica, na minha opinião, em discussões com entidades e órgãos que estão até
999mencionados nos considerandos. Em razão disto, entendo que deva ser dado um prazo, até a próxima
1000reunião, para então ser encaminhado à Câmara Técnica. **Sr. Presidente:** Há uma proposição do
1001Conselheiro representante da FAMURS que se encaminhe à Câmara Técnica após a próxima reunião.
1002Conselheiro, na Câmara Técnica as Instituições mencionadas fazem parte e seriam chamadas à
1003discussão. O Conselheiro retira a proposta então. **Sra. Kathia Monteiro:** Eu quero sugerir que esta
1004proposta já seja encaminhada direto para a Câmara Técnica, para que na medida do possível já
1005comecem a analisar. **Sr. Presidente:** Consulto então os nobres Conselheiros da concordância de que
1006esta minuta seja encaminhada de imediato à Câmara Técnica correspondente, de Agropecuária e
1007Agroindústria. **Sr. Sérgio Cardoso:** Quanto a esta questão do envio à Câmara Técnica, nós com
1008certeza nos manifestaremos lá dentro, mas que viemos a pensar no hábito de , enquanto não tivermos
1009plano de bacia, os pedidos de outorga feitos ao DRH passem também, antes ou durante, dentro dos
1010Comitês de Bacia. Os pedidos de outorga não chegam ao DRH, não construímos está prática ainda, e
1011o comitê nem sabe quantos pedidos de outorga tem dentro da sua bacia. Então enquanto não
1012construirmos o plano de bacia, que isso comece a se tornar uma prática, das outorgas também
1013passarem por este Plenário. **Sra. Kathia Monteiro:** Eu sugiro que a Câmara Técnica de Agropecuária
1014trabalhe em conjunto com a Câmara Técnica de Gestão das Águas, porque é um assunto que afeta as
1015duas Câmaras Técnicas. **Sr. Presidente:** Sugestão acatada, faremos então esta comunicação para
1016reuniões de discussão conjunta. Poderemos dar este último encaminhamento a esta proposta de minuta
1017de resolução, a proposta que a Kathia acaba de fazer? De imediato, Conselheiros favoráveis, por
1018gentileza. **Sr. Ildo Melo:** Presidente, meu nome é Ildo Melo, sou presidente do Comitê Ipicuí, e sou
1019Conselheiro do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, representando a região da bacia hidrográfica
1020do Rio Uruguai, e nosso comitê encaminhou, em conjunto com outro comitê da bacia hidrográfica,
1021esta preocupação e estamos com uma grata surpresa de que vias normais estão sendo tomadas para
1022que seja pelo menos enfrentada esta situação. **Sr. Presidente:** Posso agregar uma observação a mais?
1023Parece-me obvio, a Câmara Técnica trabalhará este assunto, voltará ao Plenário, mas me parece que
1024um ponto importante desta proposta é que poderá vir a ser estabelecido um cronograma em contagem
1025regressiva. Parece-me que este é o aspecto fundamental, ou seja, para que o cenário, o quadro, tenha
1026já estipulada e aprovada uma proposta. É de fundamental importância que isto aconteça, porque
1027prazos em aberto, deixo aqui as reticências. Dentro deste item, Assuntos Gerais, teríamos mais algum
1028assunto? Não havendo mais manifestações, permitam-me, meus caros Conselheiros, dizer-lhes da
1029satisfação da retomada das nossa atividades, de um chamamento, porque este Conselho, como órgão
1030superior do sistema estadual de meio ambiente, tem um papel fundamental na sociedade gaúcha e
1031brasileira. É uma responsabilidade muito grande, pelas repercussões que tem, os desafios que tem as
1032suas atividades, e os desafios que temos permanentemente, não é dizer no futuro, mas
1033permanentemente. Muito obrigado pela presença, damos então por encerrado a 51ª reunião ordinária
1034do CONSEMA. Um bom fim de tarde e até o dia 16 de maio. Não havendo mais nada para ser tratado
1035o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 17h45min. Nada mais havendo
1036para ser registrado lavrei a presente ata.

Sr. Claudio Dilda
FEPAM

Sr. José Alberto Wenzel
Secretaria do Meio Ambiente

Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha
Secretaria do Meio Ambiente

Flavio Lewgoy
AGAPAN

Marta Marchiori Dias
Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais

Mauro André Kern
Movimento Roessler

Sr. Roberto Alves
Comitês de Bacias Hidrográficas

Alexandre Bugin
Comitês de Bacias Hidrográficas

Maj. Florivaldo Pereira Damasceno
Secretaria da Justiça e da Segurança

Teresinha Guerra
Instituição Universitária Pública

Kathia Monteiro
Núcleo Amigos da Terra/Brasil

Círio Azevedo Silva
IBAMA

Ellen Regina Nunes
Secretaria da Educação

Evandro Rocha Reichenbach
Secretaria de Ciências e Tecnologia

Paulino Olivo Donatti,
FETAG

José Luiz D. Barrados
Sociedade de Engenharia do RS

Sônia Maria Moreira de Mello
Secretaria de Coordenação e Planejamento

Cimara Machado
Centro de Estudos Ambientais

Hans Peter Germy
Secretaria da Cultura

Eberson Silveira,
Secretaria de Energia, Minas e Comunicações

Marizete Miranda
Secretaria da Saúde

Geraldo André Susin
ALGA

Carla Maria Pires Rangel
FIERGS

Elisabete Maria Zanin
Instituição Universitária Privada

Adoralvo Schio
Secretaria da Agricultura

Miguel Schmitt Prym
FAMURS

Valtemir Goldmeier
FAMURS